

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública sobre as implicações das decisões tomadas no âmbito do inquérito número 4781 de 2019, inquérito das fake news, convocada em face da aprovação do requerimento de minha autoria, número 28 de 2024.

Em apreciação, a ata da 59ª reunião deliberativa extraordinária realizada no dia 5 de dezembro de 2024, de acordo com o ato 123 de 2020, artigo 5 está dispensada a leitura da ata.

Em votação a ata, senhoras deputadas e senhoras deputadas que aprovam, permaneço como se encontra.

Informe que não há expediente para essa reunião.

Primeiro, quero agradecer em nome do colegiado da comissão a participação nesta audiência do senhor André Marcília, que está aqui ao meu lado, obrigado, doutor André, advogado constitucionalista, professor e palestrante, conselheiro, julgador no Conar, especialista em liberdades de expressão, direito digital e da publicidade.

A nossa liberdade tem sido um grande nome, vem falando sobre liberdade de expressão, num momento tão importante como esse, que a nossa liberdade tem sido a todos os dias que estou lida, e também autor desse livro aqui, "Censura por toda parte, os bastidores jurídicos do inquérito das fake news e a nova onda repressora que assola o Brasil".

Agradeço também a presença daqueles que participarão da audiência de forma virtual, senhor Yves Gandra, da Silva Martins, jurista, advogado, professor emérito da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie e membro da Academia Brasileira de Filosofia.

O senhor Enio Viterbo, advogado, pós-doutorado em Direito pela FGV de São Paulo, investigador e colaborador do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, doutor em História pela Universidade de Lisboa, mestre em História pela Universidade Salgado de Oliveira.

Esclarecimento, alguns esclarecimentos antes de iniciarmos. O tempo reservado para os convidados é de até 10 minutos, prorrogáveis, e nós vamos prorrogar sim, se houver necessidade, aqui podem falar à vontade, não podendo haver apartes.

Após as exposições dos convidados à autora do requerimento, eu posso fazer o uso da palavra.

Bom, depois os deputados inscritos podem fazer o uso da palavra por três minutos, mas também é livre a palavra aqui.

E no final nós vamos dar a palavra para os convidados voltarem a fazer suas considerações finais, se assim o quiserem.

É com satisfação que vejo esse debate aqui na CCJ se tornar realidade, foi uma grande luta aprovar a realização dessa audiência pública aqui na CCJ.

É impossível ignorar a tragédia que torna esse debate necessário. O inquérito das fake news, já arrastado por absurdos cinco anos, simboliza a desconstrução do estado de direito pelas mãos daqueles que dizem defendê-lo.

A existência é um alerta de como a liberdade pode ser sufocada sob pretextos autoritários. Ao concentrar em uma só instância os papéis de investigar, acusar e julgar, o inquérito atropela o devido processo legal e fere a separação de poderes.

A política está sentindo sob acusações obscuras, enquanto censura prévia e bloqueios de redes sociais silenciam críticas legítimas.

Essa prática não combate desinformação, mas multiplica ao sufocar o debate e a transparência.

A verdadeira fake news não está nas palavras de quem critica, mas em um sistema que pune apenas a oposição e serve como cortina de fumaça. A desinformação real é o totalitarismo do governo Lula, que fala de amor, mas espalha ódio.

Promete gerar renda, mas produz pobreza. Durante a pandemia espalhou medo com narrativas alarmistas e com sua Covid-13 política devastou a economia e a esperança de milhões.

Os danos desse absurdo vão a lei das leis violadas, corroem a confiança nas instituições e desconstroem pilares essenciais como a liberdade de expressão e o contraditório.

Não há justiça verdadeira quando direitos fundamentais são tratados como moeda de troca para agendas autoritárias. Parabéns esta audiência por abrir um espaço tão necessário.

No entanto, este deve ser apenas o começo. A verdadeira proteção à democracia não se dá pelo silenciamento de críticas, mas pelo fortalecimento de suas bases.

Liberdade, justiça e respeito ao Estado de direito. Que este debate, que iniciaremos agora, seja o início de mudanças históricas e renova nosso compromisso com o Brasil onde a liberdade volte a ser uma realidade.

Um país que hoje sobrevive de narrativas e ficções.

Passo a palavra agora por dez minutos para o Dr. Iviz Gandra que vai nos prestigiar com sua presença e sua exposição à distância.

Bom, o Dr. Iviz Gandra, com o nome de Júlio Arzanata, considera esta audiência extremamente importante. E só faço online pela minha propriedade e dificuldades da comoção, mas agradeço ter sido convidado para expor, enfim, um pouco minha experiência de 60 anos de professor universitário,

67 anos de advogado, tendo acompanhado 20 meses da constituinte, participando de audiências públicas, em contacto permanente com o relator da constituinte.

Como aqui vou divergir em muitos pontos do Supremo de Tomal federal, quero fazer um primeiro esplorecimento. Tenho grande admiração por todos os ministros do Supremo como juristas.

Tenho livros escritos com maioria dos ministros da Suprema Corte. Parti-tei de bancas de doutoramento com alguns dos ministros da Suprema Corte que aí estão.

E inclusive em palestras, com quase todos eles, nesse curso de 60 anos de professor universitário e de palestrante. Um primeiro aspecto que eu tenho que apresentar é que admiro os ministros do Supremo como juristas.

Eu sou professor, eu entendo que eu posso divergir porque convivi com os constituintes durante todo aquele período de 20 meses para comentar a construção brasileira com o professor Chelsea Bassi, saudoso amigo, em 15 volumes e mais de 10 mil páginas, durante 10 anos, logo após a constituinte.

Feito esse esplorecimento do respeito e da divergência, queria fazer uma segunda análise muito rápida do que foi colocado na constituinte que eu vi, que discutia com Bernardo Cabral,

um dos ministros de marés que inclusive assistiu palestras via militarismo para, enfim, até a comissão de sistematização, levar o constituinte a provar o sistema parlamentar, o que não aconteceu no

plenário.

Então, a determinadas exposições da Constituição ficaram muito claras. Primeiro, a competência do Congresso Nacional. Por que expulgar o Congresso Nacional em primeiro lugar no mais longo título da Constituição, entre os 44 a 135, que é o da organização dos poderes. Porque, como dizia o ministro Gus Fuchs recentemente, o Congresso é o mais importante poder da República, porque é o único que representa o povo por interno. No Congresso tem situação e oposição. Os constituintes saíam de um regime de exceção, que era o regime anterior, que comunia a independência dos poderes e, ao mesmo tempo, dando a relevância a cada um, começando com o poder legislativo. No poder legislativo, nós temos situação e oposição. Por essa razão é que o poder executivo que comanda a administração, o poder executivo aparece em segundo lugar, porque lá só tem a maioria da população e, quando é o segundo turno, nem a maioria da população. Em terceiro, vem um poder que não representa o povo.

O artigo primeiro é uma única soberania, a soberania do povo. Essa soberania do povo é exercida por seus representantes e quem escolhe os representantes são o povo, o que não acontece com o poder judiciário. O poder judiciário vem, portanto, em terceiro lugar para fazer respeitar a lei que não faz, porque só pode fazer a lei o Congresso Nacional e com aval do Congresso Nacional por medias provisória e leis delegadas, poder executivo.

Por essa razão, o consequente colocou no artigo 49 o seguinte. Compete, veja a expressão, complete.

Esse é da competência exclusiva, competência exclusiva do Congresso Nacional zelar pela preservação, no inciso 11, de sua competência normativa em face da atribuição normativa de outros poderes. Quer dizer, não pode permitir o avanço da sua competência normativa pelos outros poderes. Por essa razão, as duas PECs em discussão hoje no Congresso Nacional são de extrema importância.

Não são PECs inovadoras, são PECs explicitadoras. Aqui diz, por exemplo, e terá que sempre as decisões serem pelo colegiado e maioria, é uma explicitação do artigo 97, que diz que as leis de inconstitucionalidade e derrubou toda a matéria de inconstitucionalidade, é a única que o Supremo pode examinar.

Pois a liga 97 diz que tem que ser por maioria absoluta, tão explícita.

E é outra explicitação de que sempre que houver invasão por parte do Executivo Judiciário da legislação, da competência legislativa do Congresso Nacional, sempre que houver caberá ao Congresso Nacional, por dois terços, preservar a sua competência exclusiva de legislar, suspendendo a eficácia.

Por uma razão muito simples, é que isso já está no 49 e serose, sem que tivesse definido os mecanismos.

Isso já era no 97, sem que dissesse de que maneira poderia ser executada. São duas pequenas explicitadoras de um poder que o Constitutivo já tinha dado ao Congresso Nacional desde 1988, desde 5

de outubro de 1988.

Colocado essa visão embora perfuntória, há mais um aspecto que me parece importante antes de entrar, um que tem que ser propriamente dito.

Part. 103, para o segundo da Constituição, declara o seguinte, "Declarada em constitucionalidade, por missão de medida para tornar a efetiva norma constitucional, foi dada a ciência ou poder competente para adoção das providências necessárias e se tratando de ordem ambientativa para fazê-lo em 30 dias".

Para o Executivo, 30 dias. Nenhum prazo para o Congresso Nacional nas ações diretas em constitucionalidade e por missão.

Num jantar que tive durante a Constituinte, eu, Bernardo Cabral, o relator da Constituinte, o ministro Sidney Santos, que foi meu colega de turma, nós dois, enfim, somos praticamente nonagenários, daqui a três meses farei 90 anos, discutimos com o Dirk Porto, que era o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros num jantar, esse artigo.

E eu proponho o seguinte, Sidney, Bernardo, como é que vocês, quando o Congresso é obrigado a fazer uma lei, não faz?

E o Supremo, por uma ação direta de constitucionalidade, por missão, declara que o Congresso tem que fazer, estão, portanto, estão numa missão inconscissional, não põe um prazo.

Eu pretendi colocar um prazo de seis meses. E o Sidney Santos lançou um verdadeiro oxocete sobre o meu argumento, dizendo o seguinte, "Ives, como é que nós vamos fazer?"

Se em seis meses o Congresso não fizer a lei, você acha que eu terei como presidente do Supremo a condição de mandar prender 503 deputados, à época eram 503 e 81 senadores, por desacato à medida judicial, melhor deixar como está?"

E o argumento do Sidney derrumbou o meu. Ficou esta retação dos 103 parágrafos segundo nesse jantar, que o Bernardo disse é melhor deixar como está, porque assim não haverá problema nenhum.

Nem nas ações diretas por inconscindade, por missão, pode o Congresso Nacional ser excluído, pode o Supremo legislar.

Então me parece que, digo primeiro, soberania do povo, dois poderes representam o povo, um poder representa a lei que não faz, por isso está em último lugar, aparece em último lugar na organização dos poderes.

Então com toda a admiração, sempre é um pago de esclávia para mim, com toda a admiração que eu tenho pelos eminentes ministros do Supremo, que vejo, eu vivi, sou muito mais velho do que ele, exerço o magistério universitário há muito mais tempo que a maioria deles, que são professores também e grandes professores.

Foi feita a Constituição para dar um equilíbrio e harmonia dos poderes, nós saímos de um regime em que havia um poder dominante, os consequentes durante 20 meses não queriam um poder dominante, e cada conglora com o poder nos seus devidos exercícios, das suas competências, bem definidas, exaustivamente definidas na Constituição.

Por essa razão, entrando agora direto na última parte da exposição, entendo que esse inquérito que o meu querido amigo Marco Aurélio chama de inquérito do fundo do mundo, do fim do mundo, não poderia continuar, virou um verdadeiro buraco negro.

Tudo quanto a matéria entra em sangue neus, e se nós analisarmos a Constituição, ela não permitiria esse inclusivo inquérito. Por que nós encontramos no artigo 5º, o mais importante artigo da Constituição?

Aquele artigo que, enfim, define claramente o artigo quais são os direitos individuais, sociais, políticos e nacionalidade que tem o cidadão brasileiro.

Logo no início do artigo 5º, no inciso 4º e no inciso 5º, declara o seguinte, é livre a manifestação de pensamento, sendo vedado ou anonimado, é assegurado o direito de resposta proporcional ao agravo, a lei da indenização por dano material ou moral à imagem. Se nós analisarmos o que está na Constituição, agora o Supremo está discutindo se o artigo 19 da lei na internet é e que pode ser continuado, eles podem dar uma nova redação ao artigo 19.

A competência, a competência do legislativo. Segundo, nós não podemos dizer o que o cidadão tem que pensar antes, ele pode ser punido por abuso depois.

O que o Instituto de Entenção declarou é que é livre a manifestação de pensamento. O abuso, sendo vedado ou anonimado, ele dá direito a resposta e a indenização por danos morais.

A indenização, a receita-se por recepção do código penal, indenização por difamação, denúncia caluniosa. Então, como os senhores percebem, o que hoje está se discutindo no Senado, no Supremo Penal Federal, em relação à lei da internet de um lado. O inquérito que está há cinco anos. Esse inquérito deve endurar a 60, 90 dias no março. E que entra tudo que não tem nada a ver com fake news.

Jogou um buraco negro, atrai como no universo, o buraco negro atrai tudo que está perto. Também o inquérito feito de buraco negro judicial. Tudo é atraído para lá.

Ora, se só pode ser punido pela construção, a liberdade, a livre expressão de pensamento, que é a característica maior de uma democracia, todo cidadão deve ter a liberdade de dizer o que pensa e se abusou vai ser a posteriori, não a priori impedido de dizer. Aquilo ele entendeu que naquele momento era importante dizer numa democracia que é sempre um debate de ideias. Mas quando as ideologias prevalecem e a ideologia oculta as ideias, é evidente que nós vamos tendo o seguinte, aqueles que são controladores do pensamento do cidadão.

E para encerrar essa exposição, para mim, de rigor, o que a construção disse é que só pode haver um controle a posteriori e não uma definição a priori.

E que o inquérito de fake news, independente de outros aspectos jurídicos que num espaço curto de tempo não se pode analisar, do juízo natural, nós temos vendo a competência largada além das competências definidas pelos artigos 102 e seguintes da Constituição,

com a substituição do juízo natural, entrando todos pessoas que não têm absolutamente foro privilegiado a serem julgados em primeira distância no Supremo Tribunal Federal.

Eu vejo com toda admiração, livros escritos, palestras dadas, bancas de doutoramento, respeito que tenho por todos eles, uma divergência profunda naquilo que eu vi durante 20 meses no debate nesta casa, para que tivéssemos uma democracia ampla,

assim que os poderes fossem autônomos e independentes, cada um deles trabalhando dentro daquelas competências estabelecidas na Constituição, sem preocupação de invadir competências alheias.

A Constituição em que há tudo de fake news, a meu ver, representa, enfim, uma revolução, um reescrever a Constituição, com as substituições de juízo natural, com a entrada de tudo aquilo que se considera fake news,

e fazendo com que efetivamente o Congresso vá perdendo importância. Dizia o ministro Fúlfes que o Congresso é o mais importante poder da República, que é o único que representa a totalidade da população.

E no inquérito de fake news, com todo o respeito, tenho livros escritos, participei em inúmeras conferências, tenho admiração, fiz programas de televisão com o ministro Alexandre Moraes, livros com o ministro Toffoli, palestras com o ministro Fofoli, admiração, palestras que ele fez, escritos que ele fez em livros para os meus 80 anos, o que me sensibilizou de uma maneira, mas tenho que divergir nesse momento da permanência.

Apoiar o que disse o ministro Marco Aurélio de Mello, entendendo que o inquérito, em vez de fortalecer a democracia, enfraquece a sobremaneira, e o que é mais triste vai limitando o que é extremamente importante numa democracia, que é a liberdade de expressão. Muito obrigado.

Obrigada, doutor Ivisgandre, é uma honra para a gente tê-lo aqui conosco. Obrigada por seus ensinamentos. E agora eu passo a palavra para o doutor André Marcília, que está aqui presente.

Bom dia a todos. Obrigado, deputada, pelo convite. Peço antecipadamente desculpas pela minha voz. A minha voz é muito boa, muito boa.

Obrigado a todos. Obrigado, deputada, pelo convite. Peço antecipadamente desculpas pela minha voz rouca, que estou com uma gripe.

Mas, como disse ontem, talvez a voz miúda combine com o silenciamento que os inquéritos conhecidos como das fake news e iniciados com o inquérito 4781 tem promovido nos últimos anos. Agora é abril, provavelmente comemorar seis anos do início desses inquéritos. Inquéritos curiosamente abertos pelo Regimento Interno do STF.

Vejam vocês, o STF tem um artigo do Regimento Interno que diz que ilícitos cometidos dentro do âmbito do STF devem ser apurados pelo STF.

Imagino que quem pensou nesse artigo fez o seguinte raciocínio, alguém rouba uma cadeira dentro do STF e a gente vai para a primeira instância, se é investigado ou julgado? Claro que não. Então isso, investiga-se aqui em tramuros.

Só que os ministros passaram a entender que todas as críticas contra eles, feitas pela internet, já que eram acessadas dentro dos seus celulares, de dentro do STF, então eram ilícitos que aconteciam dentro do STF.

Isso é uma interpretação que é no mínimo criativa e que com isso inaugurou os inquéritos. Eu falo aqui não apenas como advogado ou como professor, mas eu falo a partir de um título que eu ganhei em 2019 de primeiro advogado dos inquéritos das fake news.

E provavelmente, como não haverá último, porque eles não acabam, eu creio que esse seja um título que eu deixe no meu currículo como

relevante.

Essa atuação que inaugurou os inquéritos e com isso também me fez estar pela primeira vez nos inquéritos, foi em razão de uma capa de uma revista que existe à época, a Cruzóé, e a revista colocou na sua capa o título "Amigo do amigo de meu pai", que eu acho que todos aqui se recordam, e que enfim, fazia referência a um dos ministros. E aquela capa foi tida como fake news, ela se baseava numa delação de uma pessoa da família Odebrecht, e essa delação foi tida como falsa, aquele documento será falso.

Uma semana depois, descobriram que aquele documento era verdadeiro, e aí a revista voltou ao ar, vamos dizer assim.

Para pasmem, até hoje a revista está nos inquéritos das fake news, até hoje os seus fundadores estão nos inquéritos das fake news, por quê? Por qual razão?

Se a censura foi revogada, e não foi chamada de censura, não se admitiu isso, mas por quê?

Então se nós estamos num âmbito de legalidade, eles deveriam estar fora, mas eles não estiveram fora, e não só não estiveram fora, como nós fomos descobrindo no tramitar desse processo todo, que inclusive os leitores da revista estavam sendo investigados.

Houve a promoção de uma investigação que a gente descobriu, e eu descobri pelo WhatsApp, porque eu recebia como advogado as decisões no WhatsApp, a gente ficava procurando, e até hoje é assim, você ficava procurando no site, os andamentos, aparecia lá a decisão, aí você ligava para o gabinete, olha é do meu cliente, se for a gente avisa, aí você recebia lá no WhatsApp uma decisão.

E nisso veio mais do que devia, veio mais material do que devia, e eu descobri com isso que havia uma investigação contra os leitores, a ideia de que os leitores estavam sendo estimulados pelos jornalistas para falarem mal dos ministros.

Então foi a esse ponto o inquérito. O inquérito dialogou com esse tipo de irrazuabilidade e de desproporcionalidade. E eu sempre digo, a característica mais marcante de toda e qualquer censura é sem dúvida alguma desproporcionalidade e sem dúvida alguma irrazuabilidade.

Como você chamar de irrazuável? Investigar uma revista e depois os seus leitores e permanecer a revista, permanecer os seus jornalistas todos no inquérito independente da revogação a não da censura.

Então é interessante porque o inquérito, como o documento era verdadeiro, o inquérito das fake news inicia em abril de 2019 com uma fake news que não era fake news. Não é incrível? Nós temos o inquérito das fake news inaugurando-se com uma fake news que não era fake news.

Bom, eu portanto não posso, enfim, são diversas as irregularidades que eu enfrentei hoje, os advogados todos. Veja, hoje a gente fala muito dos inquéritos das fake news. Não há um inquérito mais.

O inquérito 4781 que inaugurou e foi chamado de inquérito das fake news, ele se desdobrou em tantos outros. Hoje são mais de nove, são dez inquéritos e acho que até mais que isso.

Fora as petições que orbitam independentes em torno desses inquéritos, então vai havendo como um puxadinho em torno desses inquéritos outras petições que também investigam, que também julgam, que também tem a mesma competência, a mesma relatoria, etc.

Infinitas investigações relacionadas a esses inquéritos e também por

isso não existe a possibilidade de acabar o inquérito das fake news, porque vai acabar o quê? Tudo?

Vai acabar um? Bom, se acabar um não adianta nada, tem outros tantos. Vai acabar tudo? Bom, tudo o quê? O que é esse tudo também que a gente sequer sabe?

A gente sequer sabe quais são as pessoas investigadas, a gente sequer sabe qual é o teor dessas investigações e eu questiono inclusive,

qual é a, juridicamente mesmo questiono, qual é a validade dessas investigações? Porque se essas investigações pretendem investigar atos antidemocráticos, um dos inquéritos é sobre isso.

Outras as indívidias digitais, outro dos inquéritos é isso. Bom, então por que essas investigações não foram capazes de evitar ou de rastrear o tal 8 de janeiro que é dito como um ato tão relevante contra a democracia?

Por que essas investigações dos inquéritos não foram capazes de identificar nada a esse respeito? Então lá, assim, quatro anos já eram, quatro anos, nada foi identificado.

Fala-se do golpe e tal, mas e esses inquéritos? O que se apurou desses inquéritos? Nada veio desses inquéritos. Então por que esses inquéritos se mantêm se eles não dizem a que veio?

Não há uma prestação de contas do que eles são e as pessoas são investigadas, como bem disse o doutor Ives, qualquer um, a qualquer tempo, por qualquer razão.

Não vejo nenhuma razão jurídica, portanto, para ele se iniciar, não vejo também nenhuma razão jurídica para ele continuar, seja porque ele não presta as contas e não mostra a que veio, eles não mostram a que veio os inquéritos, como também, porque uma das características de inquérito é acabar.

Não dá para você investigar eternamente, a investigação é um meio, ela não é um fim. Então como é que a gente está há seis anos com inquéritos que não terminam? Termina um, abre outro, e a gente não sabe nem onde termina um, acaba outro, sequer isso é conhecido.

Uma das princípios da legalidade é justamente que o processo tenha uma duração razoável e o processo não é apenas o processo judicial, mas os inquéritos também como parte do trâmite processual, ou parte da operação que envolve toda a questão policial, judicial, enfim, tudo o que está no universo jurídico precisa ter razoabilidade.

Inclusive que os inquéritos têm prazo definido em lei para terminar, eles precisam sempre ficar sendo revalidados, agora revalidados por quantos anos mais?

Eu advogo há mais de 25 anos para jornalistas em favor da liberdade de expressão e eu nunca vi isso, eu nunca passei por isso em momento algum.

Aquilo que hoje está meio sendo conhecido até, os advogados às vezes não têm acesso aos autos, os advogados não conseguem saber o que está acontecendo, enfim, eu inaugurei quando eu cheguei nos inquéritos, era tudo mato, eu falo, era tudo mato.

E eu, vejam só, eu com uma certa ingenuidade, ingenuidade de quem não sabia onde estava, acreditei logo quando não tive acesso aos autos do inquérito, eu disse aos meus clientes, fiquem tranquilos, existe uma súmula do STF vinculante, a súmula número 14 do STF diz que todo e qualquer parte o advogado tem o direito de ter acesso à íntegra dos autos.

O senhor me permite, não sei se a presidente me permitiria, um minuto apenas, eu agradeço demais inclusive porque eu terei de sair em seguida, mas eu fiz questão de passar aqui André, e me permita dizer André, chamar o senhor simplesmente aqui, você, você é um herói que está desde o início desse processo, caquiano, encarando toda essa dificuldade que nós vemos hoje no Brasil, e eu quero também saudar o professor Ivins, acabo de vê-lo na tela aqui, porque quando eu fui alvo pela primeira vez de um desses processos, eu também fiquei absolutamente assustado, mas logo depois eu entendi porque esses processos são secretos, eles são secretos e não é dada vista ao advogado, justamente para que eles possam agir na clandestinidade, que foi aquilo que eu disse ontem também ao ministro Lewandowski diante do diretor-geral da Polícia Federal, eles querem se esconder nas sombras desses processos secretos, para que não venha a público tudo o que de mal estão fazendo, não é à toa agora que a própria Folha de São Paulo está sendo perseguida pelo diretor da Polícia Federal, que está sendo usada lixada de uma coletiva de imprensa ontem, por quê? Porque a Folha está desagradando ao regime, publicando os furos dos relatórios da Polícia Federal, que são muitos, com ao queijo suíço, e também publicou todas aquelas matérias mostrando como funciona a engrenagem por trás de Alexandre de Moraes, e agora também de Flávio Dino e de outros ministros que estão presidindo inquéritos, e como esses que eu chamei de capangas estão auxiliando nessa perseguição política. Então, você como advogado, aqui nós estamos na Comissão de Comissão de Justiça, e os demais advogados presentes e professores merecem, além dos nossos parabéns, a importidade, porque as prerrogativas estão sendo negligenciadas absolutamente, e eu quero incluir aqui um repúdio mais uma vez, já fiz tantos, mas não me incomoda, aliás, preciso fazer mais um a Ordem dos Advogados do Brasil, que está mais do que omissa nesse ponto, é cúmplice. Importante lembrar que a Ordem dos Advogados do Brasil utilizou-se de um inquérito, pelo que foi revelado pelas mensagens da Vazatoga, utilizou-se de um inquérito do Alexandre de Moraes, para perseguir advogados e processá-los fora do devido processo, isso é muito mais grave do que a omissão da OAB em defendê-lo, em defender o meu advogado e todos aqueles que não têm acesso aos altos, eles fazem só topicamente para alguns que chegam lá e alguns que gritam mais, eu, depois de um pronunciamento na tribuna, finalmente, alguns meses depois de ter sido notificado pela polícia por e-mail, tive acesso aos altos por intervenção da OAB, mas porque eu usei a tribuna, quantos clientes têm acesso a esta tribuna para exigir da ordem ação nos seus processos? Bom, infelizmente cada vez mais, porque cada vez mais deputados também são perseguidos, mas em comparação ao número de brasileiros perseguidos, somos muito poucos, e é absurdo que tenha de ser assim. Por isso fica aqui também minha solidariedade a você, minha solidariedade a professor Yves Gandra, que reconhece como maior jurista hoje do Brasil, e que está nessa audiência,

sempre um parceiro em todas as batalhas colocando com o seu bom senso, com a sua lucidez, com a sua história, sua biografia, toda a disposição do Brasil nesse processo que nós estamos vivendo, e é a única convicção que eu tenho, porque está difícil ter convicção nesse momento quando a lei e a constituição não valem. Alguém me disse ontem que a associação das escolas de samba sem demérito nenhum, não sei nem se é esse o nome exatamente, mas o deputado Rio disse que a associação das escolas de samba tem um regimento que é mais respeitado, porque está escrito lá "vale" enquanto a constituição aqui no Brasil é litra morta.

Mas a única convicção que eu tenho nesse momento é que nós vamos superar isso, porque os erros que estão cometendo são tantos, os absurdos se assomam, há exemplos das novas manifestações do delegado Andrei, que eu disse ontem que eu achava que ele não tinha condição de ser chefe da Polícia Federal no Brasil, diretor-geral, agora eu tenho convicção que ele não tem condição nem de ser delegado da Polícia Federal pelas manifestações que tem feito, ele tem insistido na tese de que imunidade não é absoluta, e quem vai perder essa batalha, não tenho dúvida, são os abusadores, porque a Câmara dos Deputados que representa o povo brasileiro, o Senado da República que representa os Estados, já se levantou e vai defender até o fim essas prerrogativas, eu tenho convicção disso, atrasada a instituição está, mas felizmente deputada Júlia Zanatti, seu trabalho aqui tem sido espetacular nesse sentido, deputado Marco Feliciano que está aqui conosco aqui também, água mole, em pedra dura, tanto bate até que fura e furou, furou, e desde agora nós vamos recuperar o terreno perdido essa convicção que eu tenho.

Muito obrigado a todos, desculpe ter de me ausentar e mais uma vez obrigado pela possibilidade de apartear esse brilhante professor, advogado e orador.

Obrigada pela sua presença.

Oi, pode falar. Eu preciso me retirar, eu tenho o médico marcado, já tinha prevenido que saí as 11 horas, queria cumprimentar o deputado Marcel, queridíssimo amigo, outrador, um desses gaúchos, eu fui presidente do Partido Libertador de 1962, 64, fundado no Rio de Janeiro, era o único partido parlamentarista do Brasil, fui presidente aqui em São Paulo, e não tinha política até o Atenção Nº 2, não deixei de fazer política, mando distinguir os partidos do meu parceiro, mas queria cumprimentar o deputado Marcel, Marcel, Eugênio, Martins, que vão, o Marcel está muito bem falando, está muito fofo, está falando muito bem, o Eugênio eu não vou poder assistir,

mas essa audiência pública é extremamente importante, não é uma audiência, é uma audiência para discutir ideias, e acho que efetivamente é importante o Congresso Nacional defender suas prerrogativas, e defender seus parlamentares, porque o deputado Marcel, pelo Ativo 53, como foi discutido na Constituição, como veio de uma emenda nº 35, creio, e a forma como foi discutida foi interessante, eu queria que o

deputado Marcel se lembrasse disso, quando o ex-ministro Barinha Abieto, no Senado estava relatando a emenda que deu a injurabilidade por qualquer manifestação, portanto, não abrindo nenhuma exceção, era a orientação inicial, disse o deputado Batoto, que sou meu companheiro de conselho da ordem dos advogados, e ele chegou, o ministro disse, no meu caso o deputado, ele chamava de ministro, se colocar com a sua redação, que será inviolável, se for no exercício das suas funções, nós podemos sempre discutir se um deputado estiver conversando com o seu eleitor, se ele estaria ou não no exercício da função, e o que se decidiu naquela ocasião? Decidiu que o deputado Batoto, que eu propus, no sentido de que vamos pôr qualquer manifestação, em qualquer lugar, em qualquer momento, e colocando qualquer manifestação e retirando aquela observação no exercício das suas funções, ele pretendeu dar e o ministro Abiaccio, que estava na relatoria, não acordou com o que nós passamos a ter por uma emenda, uma inviolabilidade plena para falar em qualquer lugar do Brasil e no exterior, porque qualquer manifestação, sem qualquer exceção, foi colocada no artigo 53.

Por isso, as manifestações dos deputados podem ser examinados fora, nem sendo condenados, eles representam o povo, cada deputado está representando 10 mil, 20 mil, 100 mil eleitores, o que vale dizer, não é um deputado que é preso, são presos todos os deputados que têm essa manifestação.

Eu discordo de muitas dessas manifestações, por exemplo o deputado Daniel Silveira, concordo com as ideias do meu caro Marcel, talvez nos nossos tímpanos diferentes, que eu nunca ataco pessoas, eu ataco ideias, mas de qualquer forma ele representa o povo e a partir do artigo 53 não houve nenhuma exceção e foi colocado isso nos debates para análise dessa emenda constitucional.

E foi o deputado Batóquio, ex-presidente do Conselho Federal da Ordem, que foi o meu companheiro de conselho na década de 80, aqui em São Paulo, que fez a proposta e nós discutimos isso num programa de televisão que eu tenho até hoje denominado

Anatomia do Poder na Rede Vida há 12 anos e meio, num dos programas nós discutimos esta emenda, este artigo 53 da liberdade de expressão. Por isso eu queria me retirar, complementar o iminente deputado Marcel, todos os demais deputados presentes e até os oradores que aqui estão também.

Com todo o respeito que sempre tive, amigo que sou a maior parte dos ministros, preme corte, mas diverso, um velho professor muito mais velho do que ele e muitas das orientações que estão dadas neste momento.

Prefiro interpretar a construção como eu vi nos debates constituintes, respeitando a maneira deles, e decidirem mais evidentemente, me dando o direito de como professor divergir dessas manifestações.

Muito obrigado deputado, estou me retirando dos dados, iminentes oradores, N. Marcilha, ao Marcilha que já estava admirando muito as suas exposições, mas ao deputado, ao professor Helio, eu infelizmente estarei, mas poderei ver mais tarde pelo YouTube. Um

grande abraço a todos.

Professor Iviz? Professor Iviz?

Acho que já saiu.

Pois não. Olha professor Iviz, olha eu estou aqui em nome de todos nós e do deputado Marcel, aqui é Adriana Ventura, um prazer sempre ter o senhor aqui.

O senhor é uma referência para todos nós e o deputado Marcel esteve aqui até três minutos atrás, ele correu para o aeroporto, mas ele deixou um agradecimento enorme para o senhor, em nome dele, em nome de todos nós, é muito bom ter o senhor como referência, com toda essa lucidez, discernimento.

Eu diria que é uma luz que sempre guia os nossos passos, os nossos caminhos, eu te agradeço muito por tudo que o senhor representa, como professor, como jurista, como ser humano. Muito obrigada.

Professor Adriana Ventura e a queridíssima amiga, quem acompanhei a carreira desde o tempo de estudante no Colégio São Luís e na Universidade de São Paulo, meu grande abraço é a todos vocês que têm a coragem nesse momento difícil de fazer uma audiência pública para discutir liberdade de expressão.

País que não tem liberdade de expressão não pode se dizer uma democracia e para ser uma democracia tem que ter a liberdade ampla de expressão, podendo ser o abuso, ser condenado a posterior, mas nunca ser dito pelos poderes o que o cidadão pode ou não pode dizer, quando é o poder que declara, o que se pode ou não pode dizer, nós já não estamos mais numa democracia.

Um grande abraço a todos e pela minha velhice de 89 anos, tenho que ir correndo para o meu mérito.

Obrigada.

Obrigada, é uma honra e agora vamos continuar com o doutor André Marcilha, por favor.

Poxa, outra coisa que eu vou colocar no meu riconselho aparteado pelo Marcel, depois pelo professor Iviss, querida Adriana, ao lado da deputada Júlia, é uma responsabilidade.

Eu estava pensando exatamente isso, eu vou falar futuramente que o doutor Iviss Gander aceitou o meu convite para uma audiência pública, fico muito honrada.

E até reforçando essa ideia de liberdade, de expressão que o professor Iviss falou, eu vou por aqui retomando, sobre esse episódio todo, do início dos inquércitos das fake news, eu escrevi um livro, a deputada mencionou, que é o Censura por Toda Parte, e que não é um livro jurídico, não é um livro para advogado, até porque eu acho livros para advogados chatíssimos.

Os advogados em geral são assim, somos chatíssimos, mas é um diário de bordo, eu vou contando dia a dia o meu espanto diante de tudo aquilo, e é um livro também documental,

quer dizer, até um colega me disse "poxa, mas o livro é fino", eu falei "é porque se eu pusesse todos os documentos que eu gostaria, ele não seria publicado, talvez, e com sorte ele não será destruído, porque a gente está numa época em que também livros são destruídos".

Então, eu, mas é um livro documental de todo esse período, e o prefácio desse livro, ele traz uma frase de um pensador que a gente esqueceu por aí na história, mas que é importante retomar, que é o Matias Ayres, ele diz uma coisa interessante, olha como isso nos serve para liberdade de expressão, ele diz assim "o que se guarda e

se esconde é a primeira coisa que se assalta".

A liberdade do porto é o que o conserva livre da invasão.

É interessante, né? Aquilo que se guarda, aquilo que se prende, aquilo que se coloca na estante e fala "ninguém mexe, porque essa é a verdade, essa é a primeira que se assalta, porque o porto livre é justamente o que assegura que ele não será invadido".

É o remédio mais claro, nítido e potente para toda e qualquer invasão, para toda e qualquer deturpação, para toda e qualquer medo, esse medo que existe no ar, temos medo de perder democracia, temos medo de perder, esse medo se conserva com uma coisa só, com liberdade.

Para tomar tudo isso que se diz estar em risco, a primeira coisa que tem que fazer é guardar ali na estante, quando você guarda na estante, isso é a primeira coisa que se assalta e que se rouba.

E veja que Matias Ayres escreve isso há tantos anos atrás e a gente continua na mesma intelectualmente, na mesma tacaheza.

Eu, até fazendo um paralelo, o deputado Van Hattem falou da OAB, sabe quantas vezes deputada, nesse período em que eu estava inaugurando ali os inquietos, a OAB me procurou?

Nenhuma. Nenhuma. E é importante, a gente também queria reforçar o que eu até disse ontem na frente, sobre essa questão da liberdade absoluta.

E é importante a gente bater nessa tecla, quem defende a regulação de redes, o argumento da defesa de regulação de redes, o argumento da defesa de riscos da liberdade de expressão, sempre é.

O que vocês querem é liberdade de expressão absoluta. Não é isso. Não é isso. Não existe liberdade de expressão absoluta e isso não significa que ela não pode ser ampla.

Esse é o ponto. E para ela ser ampla, ela precisa ter o menor limite possível e esse limite quem dá é a lei, não é uma pessoa.

Porque se for uma pessoa, como disse o professor Ives, a gente não está numa democracia. O que garante a diferença de uma democracia para uma tirania é quem estabelece o limite.

A lei ou alguém. Se alguém, o governo é de alguém. Se é a lei, o governo é de nós. Quem faz a lei? Vocês. É simples. Não tem muita complexidade.

Mas esse inquérito e esses inquéritos todos que se construíram em torno das fake news são inquéritos que foram feitos em cima da vontade subjetiva do judiciário e não da lei.

Porque é isso. O Regimento Interno não queria dizer isso e, enfim, tudo o que foi feito depois também foi feito em cima de interpretações.

Hoje os jornais, abertamente, inclusive falam que existe uma competência universal do STF e não é muito exagero porque até o Elon Musk está sendo investigado, então de alguma forma é universal mesmo.

Não é só uma abstração ou termo universal, é literal. E a gente precisa dizer ou dizer que isso não é juridicamente correto ou aceitável.

Eu temo, e eu encerro com isso, que a gente cria uma espécie de jurisprudência, já criou uma certa jurisprudência de exceção.

E essa jurisprudência de exceção vai se mantendo com outras jurisprudências de exceção. Então é mais ou menos assim que tem acontecido nos últimos tempos.

Você tem uma decisão hoje que diz assim, eu estou me baseando na decisão de hoje, a minha decisão de hoje baseia-se na de ontem, só que a de ontem também estava dentro desse sistema errado de exceção. Então a exceção vai sendo mantida pela exceção. E a gente precisa realmente, acho que é uma tarefa de todo advogado, enfim, talvez seja uma tarefa corajosa, não sei, espero que seja só uma tarefa digna de um advogado, dizer que não pode ser assim, que isso não é jurídico e que a gente precisa retomar a constitucionalidade no Brasil sob pena de nós nos perdermos por completo.

Eu termino, deputada, dizendo que nesse período do caso Cruzouet que eu mencionei, uma vez um jornalista da Folha me procurou, na verdade eu tinha uma assessoria na época de imprensa, eu conto isso no livro, quando eu cheguei já estava lá o jornalista. Então, e ele tinha um livro do ministro Moraes na mão, todo marcado e tal, e tinha sido do ministro Moraes que tinha dado as decisões contra Cruzouet,

e ele me fez a seguinte pergunta, o ministro ele entende que isso que você está defendendo aqui não é correto no livro, né, no livro ele disse que ele pode fazer o que ele fez, e eu respondi a ele, só que até saiu na manchete, eu respondi a ele e continuo pensando igual, que entre o pensamento de qualquer ministro ou de qualquer juiz e a constituição eu fico com a constituição,

e eu continuo ficando com a constituição e espero que todos nós possamos ficar. Obrigado.

Obrigada, doutor André, pela explanação, com certeza nós devemos todos lutar para que a gente permaneça na constituição, porque quando a gente, se a gente continuar nessa subjetividade e nessa apreciação da constituição, a bel prazer fica muito complicado, né, inclusive essa semana teve a declaração do ministro Lewandowski que disse que a nossa imunidade parlamentar, deputado Marco Feliciano, ela não é absoluta, ela é relativa, e aí hoje eu recebi algo aqui que disse que ele livrou Paulo Pimenta de uma...

o ministro Lewandowski rejeita queixa crime de Luciano Hang, quando ele era ministro do STF, hoje ele é ministro da Justiça, de Luciano Hang contra Paulo Pimenta por supostas ofensas, o relator verificou que a conduta atribuída ao deputado está coberta pela imunidade parlamentar, dia 8/10/2021, isso aqui, então ela não pode ser para uns valer e para outros valer, tem que seguir o que está escrito na constituição. Quero também anunciar aqui que a deputada Bia Kiss está nos assistindo à distância, talvez até passe por aqui ainda, e está prestigiando a nossa audiência e os nossos convidados. Vou passar a palavra agora para o nosso próximo convidado, o senhor Enio Viterbo.

Está por aí o Enio já?

Sim, sim, sim. Só gostaria de tentar partilhar a minha tela com vocês, mas acho que tem algum bloqueio.

Está dizendo aqui que o administrador bloqueou essa opção, então se alguém pudesse...

Tem como resolver aí?

Elas estão vendo aqui as nossas técnicas muito competentes.

Está bem.

Está bem.

Tenta aí, Enio, para ver se...

Não. Eu também enviei a apresentação por e-mail, se não me engano, então se alguém tiver aí, puder passar.

Eles vão passar aqui então?

Está bem.

Se o senhor quiser começar, ou precisa já dar...

Eu queria enxergar o que está sendo passado para poder falar, porque daqui desse âmbito eu não consigo enxergar.

Mas iniciar então dizendo, agradecendo, a primeira oportunidade está aqui, agradecendo à deputada pelo convite, agradecendo a todos os que estão prestigiando a sessão, tanto pessoalmente quanto pela internet.

Eu vou falando enquanto, se por acaso a apresentação surgir, eu vou pedir para que vocês me avisem porque ela é essencial.

Mas a minha atuação crítica sobre o inquérito 4781, inquérito das fake news, ela é um pouco diferente,

um pouco, não, ela é completamente diferente da atuação do doutor André, porque o doutor André fez e faz uma atuação prática, ele trabalha nos inquéritos enquanto eu faço uma atuação à distância, uma crítica mais acadêmica, de uma forma externa.

Então, essa crítica acadêmica, ela já me possibilitou apresentar esse trabalho em alguns lugares,

em congresso internacional, já pude apresentar ela em congresso na Irlanda do Norte, na República Tcheca,

e o último lugar que eu tive oportunidade de apresentar foi num congresso sobre os direitos humanos na Alemanha.

Mas toda essa crítica, ela não se restringe ao inquérito 4781, era uma crítica que abrange outros inquéritos,

então é mais voltada para a atuação do ministro na sua totalidade.

Então, hoje eu vou tentar me restringir ao inquérito 4781 porque é o objetivo da audiência, mas a pesquisa em si é um pouco mais abrangente.

Ainda não consigo aqui fazer a...

Eles estão tentando aqui também. Está travado, mas eles chamaram o Ditek.

Bem...

Então, já vou iniciando. Então, se por ventura a apresentação surgir, só peço que vocês me avisem.

O que eu começo apresentando lá fora em audiências internacionais é primeiro contextualizar o cenário político do Brasil de 2019 até 2023.

Porque foi o primeiro operável do início do governo Bolsonaro quando foi iniciado o inquérito das fake news 4781, de 2019,

e vou até 2026 porque foi o todo o governo do Jair Messias Bolsonaro.

Então, eu apresento primeiro essa contextualização do cenário político,

e eu faço a apresentação do meu arcabouço teórico e aqui eu utilizo a definição do ministro Cristiano Zanin de Laufer.

Em seguida, eu passo para as estratégias utilizadas pelo ministro Alexandre Moraes nesses inquéritos.

Então, no primeiro momento, a contextualização política é

desnecessária apresentar aqui para vocês.

Não tem sentido eu contextualizá-los, porque vocês são especialistas na matéria,

e eu vou apresentar para vocês o cenário político brasileiro de 2019 até 2023.

Mas o que a gente pode acrescentar já e já passando para a parte do arcabouço teórico

é que a pesquisa utiliza o arcabouço teórico definido pelo ministro Zanin no livro dele, Laufer,

"Wage and Water Law", que é o inglês do livro do ministro Zanin, no qual ele compartilha a autoria com mais dois autores, se não me engano Rafael Valim e uma doutora que esqueci o nome dela agora, peço desculpa,

e na qual essa definição de Laufer ela diz especificamente que Laufer é o uso estratégico da lei com o objetivo de deslegitimar, prejudicar ou aniquilar o inimigo.

E aqui eu estou fazendo uma citação direta ao trabalho do ministro Zanin.

Quando eu fiz essa pesquisa, eu tento primeiro fazer essa contextualização,

porque é uma das coisas que o ministro Zanin apresenta nesse livro, que ele diz que o Laufer deve se considerar o contexto externo do direito.

Então primeiro eu faço a contextualização do cenário político brasileiro,

e depois eu insiro a atuação do ministro Alexandre de Moraes dentro desse contexto,

fazendo ali a análise também da posição política do ministro Alexandre de Moraes,

que é necessário para a gente falar de uma possível utilização de Laufer ou não.

Outra coisa que a gente tem que levar em consideração, quando a gente fala de Laufer, que foi praticamente deixada de lado desde a anulação dos processos do candidato Luiz Inácio Lula da Silva,

no Supremo Tribunal Federal, praticamente o discurso de Laufer foi abandonado aqui no Brasil,

e também em outras partes da América Latina, como na Argentina, de uma forma muito forte.

Mas a gente tem que lembrar que o ministro Zanin diz nessa obra que Laufer tem táticas e estratégias de implementação,

porque o Laufer é como se fosse uma instrumentalização do direito para fins de combater o seu inimigo político,

só que esse combate de uma forma belicosa, uma forma como se fosse de guerra.

Então o ministro Zanin apresenta essa necessidade de táticas e estratégias de implementação.

E aí o que eu faço nas minhas pesquisas, especificamente sobre o ministro Alexandre de Moraes?

Eu tento primeiro identificar uma posição política para a gente poder falar de Laufer,

e depois identificar quais são as estratégias e táticas de implementação dessas decisões.

No momento seguinte, como a gente...

Doutor Henrique, dá para o máximo a vênia, vossa excelência que está falando.

O pessoal da equipe técnica pediu para o senhor acionar novamente o computador para ver se agora está funcionando.

Agora eu consegui.

Pronto, pode continuar. Desculpe o aparteamento aqui.

Desculpe, vocês me dizem desculpe. Me deixe começar aqui de novo?

Só vou mostrar os esboços, mas eu não vou repetir o que eu já disse anteriormente.

Então o nome da minha pesquisa é Damos Moraes.

Porque eu acredito que esse tipo de atuação causa um impacto muito forte no processo penal e no Estado de Direito,

e que a melhor denominação possível para resumir esse tipo de circunstância criativa,

são os Damos Moraes com o perdão do trocadilho.

E aí foi como eu apresentei para vocês antes, um breve sumário aqui da apresentação.

Então fazer o cenário político, concedido a Laufer, as estratégias, qualificar as estratégias do ministro e depois apresentá-las.

Então eu vou aqui meter três estratégias principais. Como eu disse, não precisa entrar no cenário político brasileiro,

porque aqui todos sabem, é uma audiência nacional, não preciso apresentar isso para vocês, se vocês são especialistas nisso.

Depois a questão do ministro Zalin e o conceito de Laufer.

Então táticas, estratégias, o contexto externo, a análise jurídica que a gente vai fazer,

e a definição própria de Laufer como sendo o uso estratégico da lei com o objetivo de aniquilar o inimigo.

E é importante a gente considerar essa palavra inimigo.

Então o contexto apresento, além das declarações do ministro

Alexandre de Moraes,

contra os extremistas identificados por ele como aliados ao

presidente Jair Messias Bolsonaro,

e de certa feita até como um discurso contra o próprio ex-presidente Jair Messias Bolsonaro,

e aqui não tem como eu expor todas as declarações do ministro para poder fazer essa contextualização,

mas o ministro nesse contexto político, eu deixo aqui só um maior exemplo,

que é a ida do ministro Alexandre de Moraes numa festa de diplomação do candidato Luiz Inácio Lula da Silva,

nas eleições presidenciais de 2022, na qual o candidato Lula foi vitorioso,

e o ministro Alexandre de Moraes que conduziu a eleição foi na comemoração desse candidato.

Dado esse contexto, eu identifiquei na pesquisa de Laufer seis estratégias principais utilizadas pelo ministro Alexandre de Moraes para fazer esse combate aos seus adversários.

Então a primeira são a indústria das multas impagáveis, a segunda são assistentes de acusação ilegais,

a terceira, ataques aos advogados, a quarta, falta de transparência,

a quinta, competência universal como o doutor André já trouxe

anteriormente, o doutor Ives também já trouxe,

e a sexta, que o doutor André também já trouxe, foi a questão da

censura.

Mas aqui, pelo nosso tempo e pela minha pesquisa que me ative, há três estratégias principais que eu vou focar na indústria das multas impagáveis, na utilização de assistentes de acusação ilegais e nos ataques aos advogados.

Então, dado o nosso curto espaço de tempo aqui, eu vou apresentar brevemente essas três estratégias que eu identifiquei na atuação do ministro. A primeira são a indústria das multas impagáveis.

O ministro Alexandre de Moraes, nesses inquéritos que ele faz a relatoria,

e principalmente no inquérito das fake news, como foi relatado agora pelo doutor André

na situação da revista Prozoé, ele impõe uma multa nesses inquéritos que é simplesmente impagável

pelos investigados e pelos acusados.

Então, o ministro força a vontade dos seus adversários políticos à sua vontade.

Numa perspectiva plausível, ele submete por meio dessas multas que são impagáveis

e que, na prática, são irrecorríveis, porque as pessoas não

conseguem, de fato, recorrer dessas multas

apenas quando hoje já estão pagas ou anos depois esse recurso que é

direcionado ao ministro chega na turma,

o recurso é mantido. Então, nós temos multas completamente

desproporcionais

que o ministro aplica tanto ao Twitter quanto a uma pessoa

individual, uma pessoa, um jornalista,

um padeiro, enfim, mecânico. A gente viu isso inicialmente no

inquérito 4781 com a revista Prozoé,

que disse que foi multada em 100 mil reais, mesmo cumprindo a

decisão que o doutor André se refirra

há pouco tempo atrás, que era de retirar a matéria referente ao

ministro de Estócio,

mas a gente viu que esse tipo de estratégia prosseguiu para outros inquéritos.

Então o ministro Alexandre Moraes fixou multa para quem utilizasse o Telegram, uma multa de 100 mil reais,

então era uma multa completamente desproporcional para pessoas que não eram anteriormente identificadas

e que poderiam receber essa multa mesmo sem a capacidade de pagar,

às vezes você poderia ter uma pessoa

que recebeu um salário mínimo e recebeu uma multa de 100 mil reais,

então multas completamente desproporcionais

feitas justamente para submeter à vontade dos seus adversários, às suas, e a gente pode ver isso

na recente decisão sobre o Twitter, uma multa para literalmente

qualquer pessoa que utilizasse o Twitter,

ainda que ela não fizesse parte do inquérito que deu origem a tal multa.

Então a segunda estratégia é a utilização de assistentes de acusação ilegais.

Então o que aconteceu nesses inquéritos, tanto no 4781, inquérito

das fake news, quanto em outros inquéritos. O ministro Alexandre Moraes, por vezes quando percebia que a atuação do PGR Augusto Aras ia oferecer resistência às suas contágenas e aos seus objetivos de combater os seus inimigos nesses inquéritos, ele se utilizava e se utiliza de pessoas terceiras que não têm legitimidade processual para peticionar nesses inquéritos, mas que peticionavam requerendo cautelares contra adversários seus ou do ministro.

Então a gente viu isso e na pesquisa demonstra que uma das oportunidades que a gente mais aceitava são as pedidas que o ministro Alexandre Moraes, que ele aceitava, que ele aceitava, que ele aceitava, que ele aceitava os pedidos de cautelares feito por uma pessoa que não tem nenhuma legitimidade processual para buscar esse tipo de resultado. Mas por quê? Porque eram pessoas, eram os alvos, eram justamente pessoas que o ministro entendia como adversárias, como foi o caso dos empresários que foram pegos naquele grupo de WhatsApp reclamando das eleições, etc., e que foram alvos de medidas cautelares por pedido de pessoas sem legitimidade. E aqui eu trago um exemplo. Eu trouxe um exemplo para gente de uma petição do senador Randolph Rodrigues, que foi atacada pela PGR, mas que foi aceita pelo ministro

Alexandre Moraes, que foi uma viagem que a comitiva presidencial do presidente Jair Bolsonaro fez e que o Randolph Rodrigues, o senador Randolph Rodrigues, peticionava requerendo que o ministro Alexandre Moraes acesse a presidência da República para saber qual foi a atuação do vereador Carlos Bolsonaro.

E aí, ao invés de retirar essa petição dos alvos, porque não tem legitimidade, o ministro Alexandre Moraes já aceitou a petição e de fato determinou que fosse oficial da presidência da República.

Então essa é a segunda estratégia, a utilização de terceiros interessados, assistentes de acusação e a terceira estratégia, como bem também trouxe o doutor André e o doutor Ives, é o ataque à advocacia. Então nós temos todos esses fatos, todo esse contexto já estabelecido. Então

multas, então atuação de pessoas sem legitimidade e por fim para dificultar. Mas, e aqui não é

só um ataque ao ministro, não é um ataque ao Supremo Comissário Federal, é uma pesquisa acadêmica e científica.

Para dificultar a defesa de seus adversários houve um ataque à advocacia e às prerrogativas do advogado.

Como a gente ouviu agora há pouco, havia de fato um problema de acesso aos autos. Isso foi relatado com os advogados, tanto no entérido 4781 como em outros entéridos e aqui eu trago uma lista de

advogados que foram supostamente atingidos por essa proibição de acessarem aos autos. E essa

listagem foi emitida pela própria ordem dos advogados do Brasil, que

teve que fazer um ofício federal para fazer com que esses advogados pudessem acessar aos autos. Então nós temos essa dificuldade de acessar aos autos. Nós temos multas aos advogados, o ministro Alexandre Moraes chegou a multar pessoalmente o advogado Daniel Silveira em 10 mil reais pelo uso de recursos no processo penal. E nós temos a proibição até de acessar os clientes. Isso também foi relatado pelos advogados do Roberto Jefferson depois daquele episódio com o Roberto Jefferson fez disparos contra policiais que foram atingidos. E aí vocês não precisam acreditar em mim, basta a gente lembrar da declaração do presidente da ordem dos advogados do Brasil, o senhor Roberto Simonetti, que disse que os confrontos entre a OAB e a ordem dos advogados do Brasil não começaram durante aquele período em que o ministro negou que advogados fizessem sustentações corais em determinados processos no PSE. Não começou ali. Depois até o ministro fez uma declaração pública contra a OAB dizendo que a OAB ia fazer mais uma notinha de repúdio etc. De fato o conflito entre o ministro Alexandre Moraes e a ordem dos advogados do Brasil começou de acordo com o presidente da ordem. Começou quando? Com a negativa de acesso aos autos. E aí ele prossegue. Eu vou aproveitar aqui que a gente tem mais tempo para prosseguir na citação. E nós ouvimos que o ministro Alexandre de uma forma de os advogados terem acesso aos autos, de despacharem no gabinete dele, de terem acesso aos clientes presos. Eventualmente não se permitia que os advogados acessassem seus clientes. Então tudo isso veio numa crescente. Nós temos o próprio presidente da ordem dos advogados do Brasil relatando que de fato advogados não tinham acesso nem aos autos nem aos clientes. Então quais são os impactos que nós temos adivindos, esses impactos adivinos das estratégias utilizadas pelo ministro? O ministro Alexandre Moraes tem livre poder para multar os investigados, fazer essa multa e submeter a vontade deles às suas pela falta de capacidade de recorrer. O ministro Alexandre Moraes pode usar terceiros para pedir cautelários, para determinar cautelários. Então pode ser um pedido do senador Randolfo Rodrigues, que é um pedido do ministro Flávio Dino. Se a gente não lembra o ministro Flávio Dino fez um pedido para incluir o deuto Dallagnol em um inquérito desses porque se sentiu ofendido por declarações do deuto Dallagnol. E por fim, ainda que a PGR não apresente denúncia contra esses adversários do ministro, a gente tem que lembrar que o simples fato de existir esse inquérito e que esse inquérito por vezes que o ministro utiliza desses terceiros, ele já serve como um ataque e uma pressão

aos adversários do ministro e do seu setor político ideológico.
Então para concluir,
o ministro Moraes, a acordo com a pesquisa realizada, utilizou de laufaire, que pode ser observado em diversas das suas estratégias e no contexto externo das investigações, tanto do 4781 quanto dos outros inquéritos.
O uso da lei como forma para combater o extremismo não está sendo eficaz e a gente pode observar isso pelas inúmeras oportunidades de falhas no combate a esse extremismo pelos inquéritos.
Então sempre a gente tem uma nova informação de alguma coisa que foi cometida nos bastidores e que o inquérito não conseguiu impedir. E esse uso pode gerar cada vez mais radicalização na sociedade brasileira.
E por fim, para terminar, eu acredito que a instrução penal para atingir adversários políticos é necessário, é necessário que a gente tenha uma democracia plena e um estado democrático de direito pleno.
Então é isso. Gostaria de agradecer novamente a oportunidade de ser ouvido aqui na pessoa da deputada Juliana Zanatta.
Agradecer novamente o convite e a todos que estão ouvindo a gente aqui hoje. Muito obrigado.
Obrigada, doutor Enio, pela sua explanação. Muito importante. E gostaria de passar a palavra agora aos deputados inscritos e o deputado Marco Feliciano que está aqui presencialmente, seu primeiro a falar.
Deputado José Medeiros, o senhor vai falar depois também?
Tá. Deputado Marco Feliciano, por favor.
Sra. Presidente, quanto tempo eu tenho?
Quanto tempo o senhor quiser.
Eu fiz até um pedido aí para falar pela liderança, mas a bondade de vossa excelência me deixa emocionado aqui.
Finalmente vou poder falar. Apesar de falar aqui com medo, amedrontado, isso é uma vergonha para um parlamentar, principalmente para um parlamentar veterano na casa. Quando cheguei aqui minha barba não era branca ainda.
Quarto mandato. E no quarto mandato, pasmem, eu fui denunciado, processado e condenado por fake news.
E não tive direito a ir até as últimas vias que nos é dado por causa do nosso direito pleno brasileiro, porque o processo foi rolado a esse processo aí. E eu fui condenado de lapideio patrimônio da minha família e reputado por uma nota que eu fiz no tweet, uma nota que eu peguei da imprensa. Eu apenas reproduzi e eu fui condenado.
Vivemos num estado de exceção. Eu falava agora pouco com o doutor André Maisiga, a quem eu parabeno pela brilhante exposição e pela coragem que o senhor tem.
Doutor Yves Gandra, nosso grande guerreiro, já me ajudou muito aqui na casa, e é o doutorene agora, esse jovem brilhante.
O estado brasileiro está aparelhado. Só não vi quem não quer. As esquerdas brasileiras, desde a redemocratização, pensaram bem, a esquerda, bem como a direita, deveriam ser ciências. E eu comentava com meu amigo aqui da minha direita, agora pouco, que a esquerda criou-se a ciência política. A direita não. Nós não

temos direita no Brasil, nós temos direitistas. Nós temos alguns pensadores de direita. Nós não temos uma ciência, nós não temos intelectuais que nos ensinem, que nos agrupem. Nós não temos uma universidade de pensamento de direita no país. A esquerda não. A prova é que Lula foi condenado, ficou preso, a esquerda nunca soltou a mão dele. Bastou o nosso querido presidente Bolsonaro ser alvejado pela imprensa e se divide a direita em mil pedaços.

Então nós não temos uma direita plena no Brasil que precisaríamos ter. O artigo 5º da Constituição Federal, o mais importante deles, dito pelo Dr. Ives, fala sobre a livre manifestação do pensamento. Mas eu faço aqui uma dentro. A livre manifestação do pensamento não funciona para nós que temos um pensamento conservador. É muito perigoso ter um pensamento conservador no Brasil hoje. Principalmente se você verbalizá-lo, porque aí você é punido. O que entendo é que o problema não é o que se fala, é quem fala. Falar de fake news, posso até aqui fazer uma situação, não me tenha por poeira o presidente, por um menino, mas eu fui o primeiro deputado

do Brasil a ser cancelado em mídias sociais por causa de uma fake news. Já gritei, já falei, ninguém nunca me ouviu, quem sabe hoje o eco aqui sai.

Eu tenho aqui uma postagem feita pela rainha dos baixinhos, alguém lembra se lembrar dela. 8 de março de 2013, às 16 horas e 35 minutos,

eu vou ler aqui o que ela postou. Meu Deus, eu estava lendo aqui agora sobre esse pastor, lendo na mídia. Que Deus nos ajude.

"Posso fazer alguma coisa? Esse deputado disse que negros, aidéticos e homossexuais não têm alma."

E ela fez um adendo, "Existem crianças com AIDS, para esse senhor essas crianças não têm alma."

Pode parecer uma coisa inocente hoje, uma brincadeira, mas eu sei o quanto isso aqui me custou, doutor Marciiglia. Eu apanhei na rua por causa disso aqui.

Os movimentos negros do Brasil se levantaram contra mim, eu sofri processos infundáveis, intermináveis, de racismo, misoginia, homofobia,

num tempo que ainda não havia esse crime. Eu sei o que eu passei, eu sei o que eu paguei, às vezes alguns deputados aqui da casa falam assim,

"O Feliciano já foi um leão, agora parece um gatinho." Ainda essa semana eu sentei com o ministro do STF e ele fez essa observação,

"Feliciano, você não grita mais o que aconteceu?" Eu falei, "Pois é ministro." Lá no interior Matuto Kisos diz assim,

"Cão mordido de cobra tem medo de língua." Eu sei o que eu já tive de pagar em processos assim, por falas minhas na tribuna.

Eu sei o que eu tenho de dinheiro retido em processos judiciais, dinheiro que eu juntei a vida toda, eu tenho 52 anos, eu tenho três filhas,

juntei a vida toda para minha família, meu patrimônio foi de lapidóloga e detalhe. Eu falei isso e fui processado por fala minha na tribuna da casa.

Então o que falar do nosso país? Olha só, eu tenho que ficar pensando, buscando aqui uma maneira de não ofender

ou de pelo menos pensar no que eles podem pensar depois na ofensa. Isso não é democracia. Foi John Filpout que dizia que "O preço da liberdade é a eterna vigilância." Hoje eu traduziria diferente, o preço da liberdade é a democracia.

E qual é a democracia? A democracia plena da liberdade é o parlamento. Portanto, o preço da liberdade é a manutenção do parlamento.

Não importa quanto ele custe. Eu sei que as pessoas fizeram tanta acusação quanto o parlamento que a população tem raiva de nós.

E por isso, um dos três poderes foi diminuído. Montesquieu fala sobre a plena democracia na tripartição de poderes.

E ele explica que essa tripartição de poderes tem que ser feita por pessoas ou por lideranças que trabalhem de forma não unânime, mas de forma coletiva e de maneira ordeira. Ou seja, só há plenitude de democracia se os três poderes forem harmônicos e independentes. Mas quando um dos poderes vai perdendo a legitimidade, quando um dos poderes começa a ficar acanhado, começa a ficar ajoelhado, quando os dois poderes o atacam, esse poder perde o poder. E aí a população vê isso.

Nós parlamentares, antigamente, ia usar esse bóton aqui. Era um orgulho tão grande.

Chegar em qualquer instituição e apresentar a carteira de parlamentar, deputados armadeiros, o acelento sabe muito bem disso, era um orgulho hoje. A maioria dos deputados aqui, quando vão lá para o aeroporto, eles tiram o terno, tiram o bóton, com medo de serem atacados.

Porque esse poder perdeu a sua plenitude de existência. Como resgatar isso?

Resgatar através do artigo 53 da Constituição Federal. Eu fiz aqui nessa mesma CCJ uma audiência pública e tive aqui a presença do ministro Marco Aurelio de Mello.

Eu fiz uma questão de ordem na tribuna da Casa, fui interrompido no meio da questão de ordem, quando eu questionei o nosso presidente onde o manto parlamentar me protegeria. Se o manto parlamentar me protege apenas na tribuna da Casa, se ele me protege na rua.

E aí o próprio presidente, depois de meses, respondeu dizendo que eu tenho que ter plenitude parlamentar punjante para onde eu for.

O ministro Celso de Mello escreveu sobre isso. O parlamentar é parlamentar onde quer que ele esteja.

Mas a minha posição de poder falar quaisquer palavras me foi arrancada, porque tudo foi relativizado.

Então, o que eu vejo já encerrando, senhora presidente, é que vivemos num país de um conto de fadas. Nós vivemos no mundo de Bob.

Eu vejo ainda alguns guerreiros, como vocês estão aqui, o Bia Kiss que está aqui do meu lado, mas parece que às vezes nós estamos enxugando gelo, né?

A gente vai indo, vai indo, vai indo, uma correnteza que a pouco nos leva de volta para trás.

Eu estou aqui há quatro mandatos. Eu já disse, fui o primeiro deputado a ter um enfrentamento com a esquerda tete a tete.

Me custou caro, caro, com preço que não tem aqui como ser falado. Tive que expor a minha família, expor meu pai que é negro, porque foi acusado de racismo.

E quis expor a minha mãe, uma senhora negra que não sabe ler nem

escrever. Eu tenho a minha família toda com sequelas. Minha esposa é psicóloga e sendo psicóloga ela também é tratada por uma psicóloga. Minhas filhas foram atingidas. Ninguém nunca me defendeu, nem advogados.

Eu estava em eventos onde manifestantes vieram atrapalhar um culto. A polícia do lado e eu gritando à polícia, artigo 208, código penal. Nós não podemos ser vilipendiados. A polícia sabe o que dizia? Não podemos deputado, a turba aí é muito violenta.

Se a gente for eles vão partir para cima da gente. Homens e mulheres pelados esfregando órgão gerital na cara das minhas crianças de 8, 9 anos.

Para eles, e aí então quando eu fui a tentar processar sabe o que falaram? Liberdade de expressão do lado de lá.

Desses processos que eu fiz contra as pessoas, voltaram quatro contra mim. Eu a vítima e agora eu me tornei o réu e fui punido.

Então esse é o nosso país, um país esquisito, um país estranho e como eu disse o problema não é o que se fala mas sim quem fala.

Eu agradeço aqui a nossa ministra, quem sabe estou profetizando aí, a nossa deputada Juliana Zanatta pela como? Do STF.

Quem sabe, vamos crer. Eu criei milagres ainda, sou um cristão convicto.

Então eu acredito Dr. André Marciigli que esse inquérito do fim do mundo, como disse o nosso ministro Maia Corelli de Mello, eu espero muito que ele tenha um fim mas eu não consigo ver hoje uma luz no fim do túnel.

E as pessoas sempre falam de uma pessoa, do ministro que teve a imagem dele várias vezes mostrada e eu sempre fico imaginando, eu penso muito.

Não pode ser um homem sozinho. Nenhum ser humano sozinho tem tanto poder assim.

Tem alguém por trás, tem um sistema, eu não sei quem é esse sistema mas se alguém conhece esse sistema por favor converse com ele.

Porque uma injustiça feita a um hoje pode ser feita a você amanhã. Hoje somos nós, a oposição que estamos aqui.

Poderemos ser governo e quem hoje é oposição pode sofrer da mesma coisa. Ah, já sei. O outro pessoal do outro lado sabe que eles são organizados e nós não somos.

Sabe que eles sabem falar bem e amanhã de nós tem apenas o fígado e a coragem e a vontade mas não nos preparamos intelectualmente para isso.

Então fica aqui um recado a todos aqueles que hoje se julgam de direita, estudem.

A minha orelha foi puxada por Olavo de Carvalho, eu na Comissão de Direitos Humanos e todo mundo falando, tem um velho na internet acabando com você.

E eu fui ver quem era o velho, mas ele me, o Olavo meu Deus do céu, ele vinha com os dois pés no peito da gente e ele chamava por palavras.

E eu falei, mas que velho atrevido. Na primeira vez que eu vi o vídeo eu falei, deixa eu ver de novo.

A terceira vez que eu vi o vídeo eu falei assim, esse velho tem toda razão. Fui até no estado da Virgínia, sentei com ele e disse, seja o meu professor, eu tenho humildade para aprender.

Bia Kisses ficava aqui pelos corredores antes de ser deputada, na

Comissão de Direitos Humanos ela me auxiliava e eu dizia, Bia me ensine o que eu não sei.

Lembra disso Bia? Nunca tive dificuldade em aprender. Mas aqueles que não querem aprender não podem fazer a diferença.

Precisamos ter, precisamos de mais. Olavo dizia que não se muda um país com um único mandato.

Ele já falava lá atrás, o velho profeta, são no mínimo três mandatos. Uma vez eu questionei porque ele disse que se você não mudar o STF você está engessado pela esquerda.

Porque a esquerda encontrou atalhos indo até eles. Não precisa hoje do parlamento votar nada, que basta se judicializar qualquer coisa, queria ser uma jurisprudência.

Nós temos aí vários artigos da Constituição rasgados, casamento homoafetivo é um deles e por aí afora.

Então eu deixo aqui esse desabafo, peço perdão porque eu não tenho a linguagem acadêmica.

Agradeço aqui ao Dr. André Marcilla que me presenteou com o livro, censura por toda parte.

Vou ler ele hoje ainda dentro do avião até chegar em São Paulo, queria que já terei lido ele inteiro e peço a autorização para divulgar o livro nas minhas mídias sociais.

Muito obrigado, é o que eu tinha de dizer, parabéns Juliana Zanatta, precisamos de liberdade, fake news.

Deixa eu só terminar com um último pensamento aqui. Eu estava nos Estados Unidos da América semana passada viajando por lá.

Eu vi coisas que eu fiquei horrorizado, eu vi fotos de duas marchas que eu quase perdi o fôlego.

Nos Estados Unidos existe a marcha dos nazistas, existe a marcha da Khan Kus Klan.

Eles são escoltados por policiais, o povo xinga, o povo grita, é uma excrescência, para mim isso é impossível, tinha que ser abolido.

Mas olha o que é uma nação que tem uma democracia punjante, posso não concordar com aquilo que você diz, mas eu te darei o direito de dizer.

Eu perguntei um amigo, isso aqui é a nossa segurança, se nós infringirmos a lei, a lei vai nos punir, mas ninguém nos impede de falar nada.

O inquérito das fake news tem o mesmo efeito na mente das pessoas que um ataque terrorista.

O ataque terrorista tem aquela força da crueldade para isso. A pessoa que viu aquilo fica com medo para sempre.

Por causa desse inquérito das fake news, por causa do que aconteceu no 8 de janeiro, as pessoas não tem coragem de ir para a rua mais se manifestar,

e as pessoas não tem coragem mais de expressar aquilo que pensam.

Que Deus tenha misericórdia no nosso país. Muito obrigado, senhor presidente.

Obrigada deputado Marco Feliciano. Lembrando que o Trump nos Estados Unidos foi banido do Twitter antes do Elon Musk ser o dono do agora chamado X.

Só para lembrar que essa questão também da censura, ela é uma questão que está crescendo em vários lugares do mundo, mas é óbvio que nos Estados Unidos eles têm as garantias das liberdades individuais,

mas é uma democracia mais antiga, nossa democracia é uma democracia mais nova, e nós estamos amadurecendo. Nesse momento é um amadurecimento ruim, mas vamos superar com muito combate como essa audiência pública que ficará registrada na história, porque nós vamos sim, temos capacidade sim, de mudar esse país com pessoas como o senhor, e obrigada pelos seus conselhos quando eu cheguei aqui o senhor me chamou e falou "cuidado, porque eu já tomei muito processo, não se garanta na sua imunidade parlamentar que eles processam mesmo, existem grupos, grupelhos privilegiados que conseguem tirar a imunidade parlamentar dos deputados, e cada vez mais estamos vendo esses grupelhos crescerem, então é por isso que nós estamos aqui diariamente lutando para manter a nossa democracia através da nossa liberdade de expressão de todos os brasileiros, mas também principalmente dos representantes legítimos dos brasileiros que somos nós, os deputados, os senadores. E agora passa a palavra para nossa deputada Bia Kicis. Muito obrigada, senhora presidente. Primeiramente, parabéns por essa iniciativa tão importante. Quero cumprimentar todos os expositores também. Eu assisti desde o início a audiência, estava assistindo de forma virtual, mas é muito importante a nossa presença aqui, porque essa audiência, como disse o doutor Ives, que cumprimentou pela coragem num momento como esse, essa audiência, ela de fato é algo a ser, ficar registrado e algo a ser celebrado, Júlia, pela capacidade de continuarmos lutando apesar de tantas dificuldades. E é muito bom que pessoas tão proeminentes como o doutor Ives Gandra Martins, maior jurista vivo, como colocou o deputado Marcel, como falou, o Enio Viterbo e também o doutor André Marcília, se dispuseram a vir aqui porque estamos todos no mesmo barco. Somos guerreiros pela liberdade. Todos aqui, cada um aqui presente e muitos que não estão aqui presentes hoje, mas que fazem parte dessa luta, somos guerreiros pela liberdade, porque a gente sabe o que a gente enfrenta. Todos aqui temos alvos na nossa cabeça, nas nossas costas. Todos somos alvos de perseguição daqueles que não querem nos deixar falar, dos que querem calar a direita. E como eu falei ontem na inauguração, no lançamento da sua frente parlamentar, na defesa da liberdade de expressão, sim, nossa frente, você é a titular e a presidente da frente, teve mais essa grande iniciativa, como eu disse ontem, não é só impedir de falar. Quando se cerceia a liberdade de expressão, acaba acontecendo como ocorreu nas últimas eleições, de termos um processo eleitoral completamente viciado. E aqui eu não estou falando nem de urna, eu estou falando de um sistema em que uma parte que concorre ao pleito eleitoral pode falar o que quiser, acusar o outro do que quiser. E tem total liberdade para isso. E a outra parte não pode falar as verdades. É calada quando aponta as verdades.

Então, que tipo de sistema eleitoral, que pleito é esse em que os jogadores, digamos assim, têm condições completamente disparas, completamente diferentes e desiguais nessa luta?

Então, é isso que nós estamos vivendo no Brasil, querem calar a direita, querem exterminar a direita, querem tirar a direita da possibilidade de concorrer.

Então, é isso que está acontecendo, é muito mais grave do que algumas pessoas podem imaginar que seja. É muito mais grave. Querem escolher quem podem ser os atores políticos nessa democracia criativa que nós vivemos.

Eu acho que são muitas coisas importantíssimas, aqui o deputado Marco Feliciano falando que não sabe o que pode acontecer, o que a gente pode fazer.

A gente tem que continuar lutando. Eu sei de uma coisa que eu aprendi, que vence a batalha quem luta mais cinco minutos.

A gente nunca pode desistir. Isso é um ensinamento de Mao Tse Tung. A gente tem que aprender também com os nossos adversários, com aqueles que pensam diferente de nós, entender as armas que eles usam.

Então, nós temos que continuar lutando e buscar meio de ação. Hoje, o meio de ação que nós temos, me parece que já não é dentro do parlamento, por enquanto,

até que a gente consiga renovar os quadros do Senado, até que a gente consiga ter homens e mulheres de coragem para fazer o que tem que ser feito, para representar o povo que não aguenta mais, tanto arbítrio, tanta tirania.

Para as pessoas presas e as pessoas exiladas, longe de suas famílias que perderam tudo, porque tem homens e mulheres do lado de lá, na outra casa, na casa alta, no Senado, que não fazem o que tem que ser feito.

Então, nós temos que recorrer a outros meios de ação, buscar meios de ação, porque não existe poder sem meio de ação.

E hoje, o que nós temos feito, vários de nós, você inclusive, Júlia, nós temos levado para fora do Brasil o que está acontecendo aqui.

Eu quero carabenizar aqui o Eduardo Bolsonaro, eu assisti o vídeo da sua participação no CPEC da Argentina, acho que foi ontem, aplaudido de pé, sendo assistido, inclusive, pela Patrícia Bules, que é a ministra da Justiça da Segurança Pública da Argentina,

que aplaudiu de pé o Eduardo Bolsonaro falando sobre o que está acontecendo hoje no Brasil, sobre a censura, sobre as perseguições políticas, sobre os presos políticos.

E nós estamos todos lutando pela liberdade. Uma das coisas que nós temos feito é levar para fora do Brasil, no Parlamento Europeu, por exemplo.

Nós estivemos lá esse ano no Parlamento Europeu, conversamos com vários parlamentares que estão sabendo agora o que está acontecendo no Brasil.

O Wall Street Journal faltou uma matéria, acho que foi ontem, falando do governo Lula e da miséria que ele está condenando o nosso país.

Nós temos falado na Câmara dos Deputados, com deputados, com senadores americanos, com pessoas influentes, com pessoas próximas ao presidente Trump, Donald Trump.

Então eu acredito sinceramente que a gente pode ter esperança, a

gente pode ter esperança, por mais difícil que esteja, por mais que às vezes não se enxerga uma luz no fim do túnel, porque eu acredito que o cenário político global vai começar a mudar.

A esquerda se fortaleceu, se uniu, criou meios de ação para si própria nos últimos, sei lá, 50 anos ou mais, bem mais até que 50 anos.

E nós estamos começando há muito pouco tempo. E graças a que é um homem como o professor Olavo que despertou uma nação.

A gente nem sabia que o PSDB, por exemplo, não era esquerda, a gente achava que era a direita que combatia o PT.

Mas quando a gente para e vê o que aconteceu com o Lula durante o mensalão, que parecia um zumbi derrotado, que eu olhei e pensei, esse homem nunca mais vai fazer parte da vida política, ele está acabado,

aí vem um Fernando Henrique e fala, deixa sangrar, deixa sangrar, não tira ele não, não faz o impeachment, deixa sangrar.

Olha aí, olha aí, essa rede atuando junto, tudo fora do São Paulo.

Então tudo que nós estamos vivendo aqui, na América Latina principalmente, é graças ao foro de São Paulo e os seus partidos, os seus braços,

muitas vezes em forma de partido político. Então não é fácil a nossa vida não.

Tem pessoas que falam assim, "ah, o que vocês vão fazer, vocês não vão fazer nada, vocês só vão falar?"

A gente quer pelo menos poder falar, minha gente, a gente não está nem podendo falar mais.

Marcel Van Rathen, capitão, Cabo Gilberto Silva, sendo também aí indiciados por usarem da tribuna e falarem.

Então nós temos sim que lutar pelas nossas atribuições, pelas nossas prerrogativas e falar é importantíssimo.

Eu vou dizer uma coisa, doutora Andréa Marcília, na minha

compreensão a fala é uma ferramenta poderosa,

mas quando você tem uma democracia, quando as pessoas se constroem por estar fazendo errado, por estarem se desviando da lei.

Agora quando a gente tem um sistema como esse, que a gente já tem um regime como esse de ditadura,

em que a coisa já está totalmente na cara, desmascarada, assim, revelada, tudo revelado.

Vem um ex-ministro supremo aqui que em 2021, como você falou, Júlia, disse que o Paulo Pimenta não poderia ser iniciado, punido, processado,

por conta da imunidade parlamentar e agora chega aqui e fala que não tem imunidade parlamentar absoluta, nem a vida é um direito absoluto.

Então quando já está tudo desse jeito, a palavra já não surte o efeito que deveria surgir, ela deixa de ser uma arma poderosa.

Quando a mídia, quando a mídia mascar, esconde tudo que está sendo feito errado e aplaude, aplaude ainda os erros, é parceiro, é cúmplice dos erros, das violações,

como é que a gente pode fazer, não tem um que você diga que funcione, porque você fala e sua palavra é levada ao vento e acabou.

Ela não tem uma consequência jurídica. Então daí a nossa dificuldade, nós estamos lutando para falar.

O presidente Lira, do plenário, ele afirmou que não vão desrespeitar a nossa imunidade parlamentar, que não vai permitir, que a Câmara dos Deputados não vai permitir.

O que foi que aconteceu? O delegado, que é o chefe diretor-geral da Polícia Federal, disse que nada vai impedir que a Polícia Federal continue fazendo seu trabalho, inclusive para cima de deputado que resolveu falar o que quiser, o que pensar, expor a sua opinião da tribuna.

Então que força teve a fala do presidente da Câmara? Ele falou, ele usou uma arma poderosa.

Só que essa arma, que é a palavra, ela está completamente, também já obsoleta diante do regime que a gente vive.

Então eu quero dizer para aquelas pessoas que acham que ninguém está fazendo nada, que acham que a gente poderia fazer alguma coisa, nós estamos fazendo tudo que nós podemos.

Pode ser pouco para quem está de fora assistindo, pode ser pouco, mas cada um de nós sabe a luta diária que tem que enfrentar.

Cada um de nós sabe, doutor Marcília, e eu tenho certeza que o senhor também enfrenta isso, por ter sido o primeiro advogado desse inquérito do fim do mundo, com prerrogativas desrespeitadas.

Então todos nós sabemos como a gente tem que enfrentar inclusive o peso do desânimo, acordar todos os dias, se vestir de fé e de garra para continuar lutando, sem saber exatamente qual vai ser o novo passo do monstro que nós estamos enfrentando.

Mas eu quero dizer que iniciativas como essa, elas nos dão mais estímulo, Júlia, para a gente continuar, ainda mais quando você reúne pessoas tão ilustres, pessoas que, embora tão ilustres, são tão simples, como o doutor Yves Gandra, que se dispõe a falar aqui, não veio pessoalmente como ele fala pela idade, pela sua condição de saúde, mas que se dispõe a participar de uma audiência como essa que a própria Câmara dos Deputados muitas vezes não prestigia, mas nós estamos sendo prestigiados por pessoas valorosas que estão lutando ao nosso lado.

E isso precisa ser registrado, Júlia, isso precisa ser registrado e aplaudido. É por isso que eu aplaudo você pela sua iniciativa e fiz questão de vir pessoalmente,

mesmo estando viajando daqui a pouco e estava com uma agenda bastante cheia, mas eu falei "eu não posso me contentar em participar virtualmente, eu preciso ir até lá para mostrar para vocês e para o Brasil que nos assiste a importância de iniciativas como essa e desse momento".

E eu quero parabenizar todos os colegas que continuam lutando e cada vez mais nós temos colegas, deputados, senadores, que começam a vir para o nosso lado, porque viram que a coisa chegou a um ponto que não dá mais.

Como eu falei ontem na frente parlamentar, um deputado antigo já na casa, que não é bolsonarista, não é como o pessoal nos está achando de extrema direita,

que sempre se opôs a que a frente parlamentar do agro tratasse qualquer assunto que não fosse estritamente o agro, na última reunião da FPA ele falou da questão da censura

e ele falou "temos que lutar pelas nossas prerrogativas", cobrou

isso do candidato quase que já acerto a presidência da casa e o deputado Hugo Mota em entrevista afirmou que não vai permitir que se negociem as nossas atribuições, as nossas prerrogativas. Então vamos continuar lutando e aguardando que dias melhores virão, porque nós não vamos desistir.

Muito obrigada.

Obrigada deputada Bia. Outro dia me perguntaram assim "deputada, onde nós vamos parar com tudo isso?"

Eu falei "onde a gente vai parar eu não sei, eu sei que eu não vou parar, porque a única luta que se perde é a luta que se abandona". E a senhora comentou também sobre a oposição que era antigamente nos primeiros governos do PT que era o PSDB sem demérito nenhum ao partido em si, mas eu vi um comentário esses dias num Instagram de uma pessoa de esquerda e a pessoa botou "eu estou tão desacreditada da política brasileira tenho saudades do tempo em que o PSDB era nosso adversário. A oposição antes era boa e dava pra conversar, agora com essa galera do PL a possibilidade de diálogo é igual a zero".

Mas na verdade isso aqui me deu assim como a gente avançou. E é mentira essa história de que a possibilidade de diálogo é igual a zero, é que eles só aceitam o diálogo quando é pra ceder para o lado deles.

Quando a gente vem aqui fazer qualquer proposta eles não cedem, então por muitos e muitos anos a turma do "deixa disso" dominou o debate público, o debate político e pessoas que estão hoje aqui nesse parlamento legitimamente que eles falam "ah vocês ganham voto por rede social".

Eu falei "meu voto não é por rede social, meu voto é o voto da urna igual ao do senhor". Acontece que a gente é cobrado e a gente aceita essa cobrança via a rede social, uma maneira de a gente estar com uma maior interação junto ao eleitorado.

Eu falei ontem, é a prova de que pode sim existir a cidadania plena, as pessoas falando, as pessoas cobrando, as pessoas inclusive cobram de nós, dizem "ah vocês só vão falar".

Olha querida, eu agradeço todos os dias a Deus por ainda poder falar e nós estamos sim fazendo várias iniciativas. Quem estava aqui na CCJ no dia da aprovação do requerimento dessa audiência que foi pedido retirada de pauta foi uma luta só para aprovar o requerimento dessa audiência.

O deputado José Medeiros estava aqui, o deputado José Medeiros também estava aqui. Foi muita gritaria para aprovar uma simples audiência pública sobre os mais de 5 anos do inquérito das fake news, porque não querem que a gente fale sobre essa aberração jurídica que é esse inquérito que está aqui na minha justificativa, até usei algo que o senhor fala doutor André, que o inquérito serve para investigar algo concreto.

E esses inquéritos, não só o 4781 como outros, que já são quase 10, o senhor falou, pode ser investigado qualquer coisa. Se você falar uma coisa que hoje bea, que alguém não gostar, pode ser incluída nesse inquérito.

Não há nenhuma aberração jurídica e nós precisamos debater as implicações disso na nossa liberdade de expressão, no nosso estado democrático de direito. Queria registrar a presença do doutor Thiago Vieira, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Religioso e

também do Edu Cabral, diretor nacional de política sobre drogas no governo Bolsonaro e que hoje está na frente também ajudando na cruz azul do Brasil nesse combate às drogas.

E o salva agora para o deputado Zé Medeiros.

Muito obrigado, senhora presidente. Quero cumprimentar o doutor André e a todos que participaram dessa audiência.

Pela importância dessa audiência, senhora presidente, esse recinto era para estar lotado e era para estar lotado mais uns dois plenários das comissões aqui. Pela importância e a urgência desse tema.

Mas o importante também é que a gente sabe que a TV Câmara vai levar essa mensagem, o que nós estamos discutindo aqui, a importância desse tema a muitos brasileiros que estão amordaçados por esse sistema que está vigente no país.

Porque a grande verdade, deputada Júlia Zanatta, V. Ex. é que tem sido uma grata surpresa e é bom ver a política se renovando com quadros que nos amedrontam e que nos trazem essa esperança, esperança para nós, para o seu filho que vai nascer e para os filhos de muitas brasileiras que vão nascer.

Esperança de dizer "eu não vou parar". V. Ex. é agredida, xingada, desrespeitada todos os dias nas redes e aqui na casa. Uns a chamam de louca, outros de desvairada, de tudo que é ofensa.

V. Ex. nos traz essa pérola aqui de dizer "eu não vou parar". É isso que os seus eleitores, é isso que os brasileiros esperam de nós, que nós não paremos.

Hoje nós vivemos, doutor André, uma realidade que é, infelizmente, uma que deveria ser. A que deveria ser perfeita. Nós pegamos as nossas proteções aos direitos individuais, os nossos direitos fundamentais e estão todos lá.

Fincados na Constituição, que gostam de falar péttria, fala da pedra, para dizer que é como se fosse aquela espada fincada na rocha que ninguém consegue tirar. Pois bem, essa é a realidade que deveria ser.

A realidade que é, é a insegurança jurídica e é a proteção da lei só para alguns. Esse é, para mim, o mais claro modelo de um Estado déspota. Por quê? Porque a lei passa a proteger alguns.

A lei passa a ser corrompida na sua interpretação. A interpretação da lei passou a ser tão elástica que o regulamento interno do STF passou a dar jurisdição intergaláctica aos ministros para qualquer coisa.

E o regimento dizia, o que a lei diz, olha, pode-se abrir um inquérito dentro dos cancelos, dentro dos limites do STF para alguma coisa menor, coisa menor, dá para entender bem claro.

Simplesmente eu vi na explanação de um ministro justificando a abertura desse inquérito dizendo o seguinte, que com o advento da tecnologia, que com a internet e como ela se espira, portanto, a jurisdição ali, o poder de abrir o inquérito, ou seja, os muros, e eles deixaram bem claro,

os limites territoriais do STF estariam alargados. E aí eu pensei até onde, né? Fiquei pensando. Aí pensei no Brasil, falei, não, mas a internet vai mais.

No mundo? Não, mas é possível sinal de internet fora também da terra? Bom, então nós temos agora, sem ofensa aos ministros, mas nós temos ministros intergaláticos.

Eles podem, são realmente os mestres do universo e podem levar a sua. E não é uma piada. Parece piada o que estamos falando, mas é verdade, porque cabe tudo e em qualquer lugar.

Então a minha preocupação é que diante disso, nós vemos uma situação totalmente surreal. Eu fico imaginando Frederico Bastiati, que escreveu aquele livro à lei, quem não leu, leia.

É um pouquinho, é rapidão. O que que ocorre? Eu leio aquele livro, ultimamente eu já li ele umas 4 vezes, leio, releio, falei, não, não pode, esse sujeito só pode ter vindo no futuro e voltado e escrito o livro.

É incrível como ele cita que esse tipo de, quando o Estado vira essa coisa de querer regular tudo, de querer criar a sociedade perfeita, porque se você assistir os discursos, doutora Biaquise, de alguns ministros, você percebe que a boa intenção está ali em toda sua plenitude, a boa intenção dele, aspas, de construir uma sociedade perfeita.

Uma sociedade em que o homem não minta, em que o homem não transgrida nada, é perfeita a sociedade.

E Frederico Bastiati há muitos anos já dizia, isso é o maior perigo que tem quando o Estado se mete a ter uma sociedade perfeita.

E por que isso? Porque ele passa a querer dizer o que você deve falar ou não falar, o que você deve, que religião você deve ter ou não ter.

E mais, ele passa a ser um Estado bom, um Estado que se pudesse se chamaria Jesus Cristo.

De que forma? Vamos acabar com a desigualdade social. Gente, que pode ser contra o fim da desigualdade social?

Ninguém, não é? Pois bem, mas acontece que esse Estado resolve fazer combater essa desigualdade social com o próprio dinheiro? Não.

Com o dinheiro dos outros. Então, o que ele faz? E Frederico Bastiati dizia, ele espolia, ele toma dos outros, porque ele não produz nada.

E aí ele faz o diabo para se manter vivo. Assim como qualquer organismo que tenha o instinto de sobrevivência, tudo que está acontecendo no Brasil é por causa desse instinto de sobrevivência. E com perdão à revista Cruzeiro, que na verdade é vítima em todo o processo, mas tudo isso começa, sabe por quê? Por causa de uma reportagem da revista Cruzeiro.

E essa reportagem falava sobre fake news? Falava mentira? Não. Essa reportagem ameaçava o Estado democrático de direitos, porque hoje esse inquérito virou o pilar de proteção da democracia.

Não. Esse Estado de coisas que nós estamos foi porque a revista Cruzeiro resolveu fazer uma reportagem dizendo o seguinte, olha, vários ministros da corte têm escritórios de advocacia.

E acrescentou, não nos próprios nomes, mas no nome das esposas.

Naquela época ainda era possível que um ministro se tornasse suspeito para julgar um caso do escritório da própria esposa.

Então eles fizeram o seguinte, e aí deram o nome dos ministros e tudo mais das esposas. Aquela abriu-se então, eu diria que é a concepção, né?

Em que foi gerado esse monstro que agora, esse buraco que tudo atrai, que é esse inquérito. Ele foi gerado sim pelo instinto de sobrevivência.

Porque disseram "não, que você não xingue nas ruas, tudo bem. Que

você me aborde no aeroporto ou no avião e fale que eu sou uma vergonha pro STF, tudo bem. Mas para aí. O meu ganha pão, não, vocês não vão fazer isso. E abre-se."

E o que eu estou dizendo aqui não é uma mentira, porque foi, abriu-se o inquérito.

Aí daí a pouco, eu me lembro daquela passagem da Bíblia que diz "Deus fazia uma coisa e disse-se, viu Deus que isso era bom", né? Eu acho que algum deles olhou e falou "não é que isso é bom? Não serve só para cruzoué, não. Isso é que serve para esses bolsonaristas que ficam gritando nas ruas."

E acho que um dos primeiros a ser atingido por esse inquérito, se eu não me engano, foi a Bia e a Zambelli. Eu sei que foram um grupo de deputados que numa comemoração estavam aqui em Brasília, se eu não me engano na rampa do Planalto, ou foi em algum lugar, mas enfim. Em algum outro lugar dessa esplanada tinha alguém com algumas faixas fora STF, outros pedindo intervenção militar e essa coisa toda. Bom, isso já foi suficiente para que entrasse nesse inquérito.

Pois tudo que passou a não agradar os ouvidos, e tem outro pensador que agora não me lembro o nome, dizia o seguinte "não tem coisa mais sensível do que os ouvidos do poder".

E olha que diz que os ouvidos do morcego são bem sensíveis porque eles se orientam pelas vibrações. Mas é verdade, os ouvidos do poder são extremamente sensíveis. E quanto mais autoritário o poder, mais sensíveis.

E a partir de lá, tudo que não agrada ou não agradou algum ministro foi parar nesse inquérito. Terminadas as eleições, eu fiz uma reflexão na tribuna da Câmara.

Duas horas depois, meu Twitter e minhas redes sociais estavam todas suspensas e eu passei assim por oito meses e sem saber, a gente não tinha acesso a nada. Eu fui saber disso porque aquele jornalista Greenhound, acho que é essa pronúncia, ele acabou soltando isso na imprensa de que tinha alguns arquivos que o Twitter tinha liberado. E eu falei alguma mentira? Não. Falei ali na tribuna da Câmara. Deve ter a legitimidade, pelo menos é o que a lei prescreve.

Mas então, eu já vou me encerrando para não delongar, presidente, mais uma vez reafirmando a importância dessa discussão aqui. Por quê? Porque nós falamos pouco, apesar de termos falado bastante e de estarmos incomodando.

Quando a nossa presidente diz "Olha, eles fizeram alguma declaração dizendo que bom quando a nossa oposição era o PSDB". Sabe por quê? Porque com o PSDB não tinha briga, não tinha contraponto, só tinha surra.

Todos os dias eles xingavam esse povo do PSDB. E quem era o PSDB? Qual é o perfil do PSDB? É o perfil do Alckmin. Que acho que de vez em quando tem que ir lá testar para ver se o Alckmin está vivo. Aliás, saíram falando que tinha o que, que nós estávamos querendo matar Alckmin. Falei "gente, vou parafrasear o sargento Faú. Quem é que quer matar Alckmin?"

Eles criam tudo, todo tipo de mentira e o Mão Santa dizia, e o que eu vou falar aqui vale para o PT seus puxadinhos, o Mão Santa dizia "o PT quando não está mentindo, está roubando, quando não está roubando, está mentindo".

E eu quero fazer homenagem ao Mão Santa porque quando muitos de nós estávamos ainda sendo vivandeiras, é, tem muita gente de direita que

já foi vivandeira do PT, que acreditava nisso.

E nós não temos preconceito, nós aceitamos os convertidos, não aceitamos os enrustidos, mas é muito bom e nós temos essa obrigação, quero falar aqui para a direita, nós temos essa obrigação de converter sim, de mostrar às pessoas o que esse partido representa e o que esse partido faz.

Porque eles mentem e nos acusam de mentir. Eles agredem e nos acusam de agressão.

Quantos deputados de direita aqui deram um soco ou cuspiu ou deram um tapa na cara de alguém de esquerda aqui?

Não tem, vocês não veem isso.

Mas o deputado Messias Donato levou um tapa numa das sessões solenes, um tapa gente, não foi um tapinha assim não, foi um tapa na cara do vice-presidente nacional do PT, do Partido da Paz, do povo do amor que nos acusa de ódio.

O Bolsonaro cansou de ser agredido pela Maria do Rosário e aliás o ponto emblemático, o nacedouro deputada Biaquise, deputada Júlia Zanatta.

O dia que nós perdemos a imunidade não foi agora não, o dia que o artigo 53 foi anulado foi no dia que saiu o indiciamento, aliás que Abrir o STF autorizou e começou o processo contra Bolsonaro sobre aquele episódio com Maria do Rosário aqui no Salão Verde.

Bolsonaro está falando com outras pessoas, não estava falando com ela, ela passa e o chama de estuprador.

Ele fez uma retorção que é plenamente, eu diria legal, diria legal não, é legal.

Ela chamou ele de estuprador, sabe quem foi condenado? Ele, porque deu uma resposta atravessada.

Pois bem, esse é o tipo de coisa, por isso que eu falo, o que incomoda a deputada Júlia Zanatta é realmente, e o que dá saudade do PSDB, é porque eles apanhavam quieto e é por isso que se destruíram. É por isso que se destruíram. E nós não, nós temos feito o contraponto.

Naquele dia que Bolsonaro, que aconteceu aquilo com Bolsonaro, eu ainda estava no Senado.

Eu peguei o microfone na hora que eu li e chamei a atenção do presidente, falei presidente eu quero chamar a atenção aqui do Senado e de todos que estão aqui, de todos que estão nos assistindo. A Constituição foi rasgada e a partir de hoje nenhum dos senhores se sentam seguros de fazer qualquer análise aqui ou de falar qualquer coisa porque o artigo 53 não vale mais.

E de lá para cá só evoluiu a ponto de ontem o ministro da Justiça dizer que realmente o artigo 53 não vale nada.

Que se a deputada Júlia Zanatta for chamada de nazista, for agredida e ela falar qualquer coisa que seja sensível aos ouvidos do poder, ela vai ser processada.

Não está coberta pelo manto da imunidade.

Outra coisa, a Constituição diz bem claro, independência tem lá poder legislativo, executivo e judiciário.

Harmônicos e independentes entre si. Harmonia é o que não tem faz um bocado de tempo.

Porque eu desrespeito a parlamentares aqui e a presidência das duas casas faz tempo que está graçando.

Mas como essas coisas como erva daninha ela se espalha, quando a

gente morava na roça tinha uma erva daninha que se chamava de tirana.

Ela não é uma espécie de trepadeira, mas ela cresce que nem uma trepadeira só que no chão e sobe também se tiver algum lugar para ela subir.

Mas ela é uma praga que se espalha.

Esse tipo de coisa também é uma praga.

O ministro falou aquilo lá e eu já vi que a coisa se espalhou.

Ontem a deputada me aqui, se situa aqui, deputada Julio Zanatta, eu vi um tipo de fala de extrema deselegância e mais do que isso.

Uma grosseria sem tamanho do diretor da Polícia Federal em relação ao legislativo, em relação ao que o presidente Artulira falou ali na Câmara.

Nós tivemos dois deputados iniciados, cumprindo o papel de presidente da casa, ele falou "eu vou, eu não vou tolerar, não vou permitir", foi mais ou menos assim, que a fala dos deputados seja ser feiada.

Não foi o ministro do STF, não foi o presidente do STF, não, foi o delegado.

Você veja quando a coisa desanda, o delegado da Polícia Federal, que hoje está dirigindo a Polícia Federal, simplesmente achou não.

Ele tem tamanho para isso agora, porque ele não tem tamanho de direito para se dirigir, para tratar esse tema com o presidente do legislativo, que não é o Artulira.

Ele representa 513 deputados que representam milhões de brasileiros, portanto ele não podia estar fazendo esse tipo de discussão institucional.

Ele pode ter opinião dele, mas institucionalmente ele não podia dizer aquilo.

Ele disse "ninguém vai impedir a Polícia Federal de continuar fazendo esse trabalho, a imunidade parlamentar não é absoluta e quem deu ao diretor o poder de interpretar?

O que ele precisa, nesse novo regime jurídico que tem, basta ele ter as costas guardadas pelos ministros que defendem essa tese.

Ele pode falar o que for, ele pode entrar aqui dentro e prender o Artulira e sair algemado, se ele tiver um parado lá, pode.

Se você me perguntar o que pode hoje, pode entrar a Polícia Federal aqui e tirar a deputada Júlia Zanatta, gestante, e levar a presa? Pode.

É de se assustar nesse regime jurídico que nós estamos tendo aqui?

Não. Nem um pouquinho.

Porque qual é a lei que nos ampara nesse momento? Nenhuma. Nenhuma.

Por quê? Porque nós temos um delegado com as costas quentes e nós

temos um ministro Alexandre que ele não é ele, ele é uma entidade.

Ele é uma entidade que tem um poder, "ah, olha, chamou ele de careca e não sei o que, não se engane com essa fachada".

Ele não é mais o Alexandre. O Alexandre é uma legião dos mais diversos interesses jurídicos, políticos, o que for.

Tanto é que eles não têm mais compromisso nem com a coerência, deputada Júlia Zanatta. Sabe por quê? Que não tem mais compromisso com a coerência?

Porque a Lava Jato toda foi anulada e o Moro declarado suspeito porque havia uma mensagem de at-zap e eles falaram "olha, estava se comunicando o procurador e o juiz, portanto tudo é nulo".

No dia que o rapaz aqui suicidou, enfrentou o STF, estava reunido o procurador-geral, ministros, inclusive o ministro Alexandre, o Lula e o delegado, o diretor da Polícia Federal.

Então você veja, só isso aí se fosse para basear pela lei vigente, a lei de fato vigente nos países, era para ser anulado tudo.

Não, mas a lei vigente tem uma característica interessante. Ela tem a capacidade, a essência da física quântica.

Só a física quântica pode nos explicar esse tipo de característica da lei que vige hoje no país. Por quê?

Porque ela pode estar aqui ou aqui dependendo da situação, ou nos dois lugares ao mesmo tempo.

E aí eu encerro dizendo o seguinte, em que momento que ela está nos dois lugares ao mesmo tempo?

Porque tem momentos que esse tipo de situação usa da lei nossa escrita para se garantir.

Há poucos dias eu vi, por exemplo, um acórdão do ministro Alexandre, mas que era uma pérola.

Ele simplesmente dizendo o seguinte, defendendo a liberdade de expressão. Em que caso? Em um caso em que alguém da esquerda, e eu vou citar, um panfleto do PT chamado Centro do Mundo, fez uma matéria, agredindo uma matéria mentirosa contra alguém.

Essa pessoa levantou a, obviamente entrou na justiça e o juiz suspendeu. Suspendeu a matéria.

Eu não defendo que suspenda. Não defendo que suspenda. Nós somos totalmente a favor da liberdade de expressão.

Eu defendo que ele responda civilmente, tem que pagar e tal. Mas não sou a favor de suspender a matéria.

Mas diante do quadro que se suspende tudo era para ser suspenso assim.

Qual foi o acordo do ministro Alexandre Moraes? Ele teceu, leiam, gente. É perfeito. É uma ódio à liberdade de expressão.

Foi com V.S., presidente? Pois é. Olha só.

Mas não foi suspender a matéria.

Então o que acontece? Pois é, mas ele mandou voltar agora tudo.

Mandou voltar tudo sobre qual argumento?

Sobre argumento de que mesmo mentira contra a deputada Júlia Zanatta, agora me lembrei realmente.

É uma foto que a deputada Júlia Zanatta tinha com a arma na mão e eles colocaram o seguinte.

Que a vida do Lula estava correndo em risco. Porque ela estava incitando a violência.

Ela tirou uma foto, tinha nada a ver com a coisa. Pois bem, isso foi coberto pela liberdade de expressão.

Eu acho que deve, tudo bem. Mas eles tinham que reparar civilmente a ela.

Não, nada disso. Ela não merece ser amparada pela lei.

Mas quem cometeu o crime foi amparada por essa lei. Por isso que eu digo.

Tem hora que essa lei não serve. Então eu uso a vigente, a minha lei. A minha tábua.

Mas em determinados momentos eu vou usar essa lei sim. Eu vou usar essa constituição.

Então é por isso que diz que não tem mais segurança nenhuma.

E se a nossa presidente, Júlia Zanatta, tivesse um pouquinho menos

de fibra, já teria capturado.

Porque os recados chegam. Os recados chegam. E chega de que jeito? Chega ameaçando? Não. Eles chegam sempre...

Lógico que a gente tem conselhos de amigo. Mas chegam sempre tipo assim.

Mas devagar. Estou sabendo que tem coisa contra você lá. É direto isso.

E ela não tem se ameaçado. Então, deputada Júlia Zanatta, o tema fake news, ele é apenas pano de fundo.

Porque eles não estão preocupados em punir fake news. Porque senão estariam todos presos. Todos presos.

O Lula cansou de falar. E o Lula disse claramente. Como é que faz para Bolsonaro não voltar ao poder?

Eu vou traduzir. Ele falou. É só a gente inventar... É só a gente conseguir emplacar a mentira certa.

A mentira certa. Eu estou traduzindo. Ele falou a narrativa.

Você pode ter uma narrativa verdadeira. Mas não. Se a gente precisa encaixar. Se a gente precisa achar.

Porque não é verdade. Porque a verdade está aí. Você não precisa achar.

Então é o seguinte. Eles podem tudo. Podem mentir o que for. Não tem problema.

Subiram essa semana aí. Podem agredir o tempo que for. Subiram essa semana na tribuna.

O deputado milionário do PSOL agrediu a Carla Zambelli de forma terrível. Isso aí para eles tudo bem.

Então a causa deles não é a causa. Não tem nada contra fake news. Eles têm contra a verdade.

E eu sempre digo. O que eles odeiam nas Júlias Anatta, nos deputados que estão com Júlias Anatta, não é possíveis fake news que se falem. É a verdade. Tanto é que eles abriram logo após a eleição em 2018 que perderam para o Jair Bolsonaro.

Eles abriram a CPI aqui chamada CPI das fake news.

Quando as verdades começaram a aparecer, essa CPI, eu não sei nem se tem um termo de encerramento.

Mas a CPI desapareceu do mapa. Nunca mais se falou nela. Sabe por quê?

Eles chamaram um rapaz que tinha sido fruto de matéria da campus, uma jornalista que fez uma matéria na Folha de São Paulo.

E o rapaz veio ser sabatinado como era o grande trunfo deles.

O deputado que já foi presidente do PT perguntou. O senhor foi contratado para espalhar notícia, espalhar fake news a respeito do PT?

Ele falou não. É contratado por Bolsonaro para... Ele falou não, eu fui contratado pelo PT. Eu fazia os disparos para o senhor.

A partir daquele dia ela foi minguando e ele sumiu, desapareceu. Por quê? Quando a verdade começa a aparecer eles fogem.

Então deputado Júlias Anatta, te agradeço pela coragem de pautar esse assunto aqui.

Isso é realmente... Esse aqui é um espaço em que a gente pode falar verdades que com certezas são rotuladas todos lá como fake news.

Vossa excelência no rol deles está entre as figurinhas mais carimbadas lá como inimigas.

E aí é o seguinte, o mandato da deputada Júlias Anatta que corre

risco corre de todos nós. Porque essas pessoas sabem também o seguinte.

Que o pensamento da deputada Júlias Anatta, o meu, Jair Bolsonaro, de todos aqueles que partilham da defesa do livre mercado, da defesa da família, do conservadorismo, eles sabem que nós vencemos.

Por quê? Porque nós estamos falando do que sentimos. Nós estamos falando do que o nosso eleitor sente.

E o que o nosso eleitor sente é a grande maioria desse país. O nosso país é conservador.

O que essas pessoas falam todo dia na imprensa, passam na TV, colocam, tentam mudar a cultura, mudar tudo, eles não conversam com mais de 5% da população brasileira.

Porque mesmo dentro da esquerda, boa parte deles são a favor da família.

Ele vê o líder dele lá falando o diabo, tentando distorcer tudo, vê eles subirem aqui e falam "a família é nossa inimiga".

O Lula dizer "nós temos que lidar com coisas como patriotismo, como valores e como família, como defesa da família, como se isso fosse uma coisa ruim".

Pois é, mesmo o público deles, boa parte é conservador. E com o tempo essas pessoas vão mudando.

E é por isso que eu digo, eles já perderam e não sabem. Por isso que eu digo, aproveitem, nos prendam, nos chutem, nos arrebente, mas saiba que nós já ganhamos.

Meus parabéns, deputada Juliana Zanatta.

Obrigada, deputada Zé Medeiros, pelas suas palavras.

Passo agora para as considerações finais. O nosso convidado, doutor André Marilha, teve que sair porque tinha outro compromisso, mas deixou seus agradecimentos.

O doutor Ives também saiu. Pergunta ao seu doutor Enio, ainda está aqui conosco, se puder fazer suas considerações finais, se é assim o desejar.

Sim, eu só queria agradecer a CCJ, principalmente na pessoa da deputada Juliana Zanatta. Muito obrigado pelo convite, pela consideração de ter realizado essa audiência pública.

Iniciativa importantíssima, como disseram aqui os deputados que mantencem a Deiro.

Muito obrigado pela atenção de todos e fico à disposição dos senhores para qualquer outra oportunidade. Muito obrigado.

Obrigada, doutor Enio. O doutor Enio faz boas análises. Quem quiser segui-lo também nas redes sociais, no Twitter é @enioviterbo.

Eu quero fazer uma finalização aqui, deixando meu repúdio à fala desse delegado, André, que está investindo contra os nossos colegas. Não é porque são colegas do meu lado, se fosse qualquer outro colega, como outro dia me solidarizei aqui com um deputado que teve seu mandato cassado na justiça eleitoral de um estado do Nordeste, o deputado Mesmar, que é do PDT, e eu acompanhei o caso dele e achei uma excrescência, então me solidarizei com ele.

O diretor, após a fala do Lira e após a fala do Van Hattem, o delegado da Polícia Federal disse que não existe imunidade absoluta e que ele vai continuar fazendo o trabalho dele e que ele só segue a Constituição.

Esse delegado, ele ou é mentiroso ou desconhece a Constituição Federal, porque se ele lê o artigo 53 é muito claro que está lá

escrito quaisquer palavras.

Ontem, como bem lembrado no lançamento da nossa Frente Parlamentar da Liberdade de Expressão, o jornalista Cláudio Dantas lembrou que quando se relativizou a imunidade parlamentar foi durante o regime militar no Ato Institucional nº 5, que falava que a imunidade parlamentar não servia para crimes contra a honra e tampouco para crimes previstos na lei de segurança nacional.

Então é isso que estão fazendo hoje e quem não vai retroceder no trabalho em defesa da Constituição e da democracia são os representantes do povo, os representantes legítimos do povo.

Lembrando também que muitas vezes quando nos ofendem e nós partimos para a reparação judicial eu recebo às vezes a resposta, mas você é uma pessoa pública. Um delegado da Polícia Federal, um juiz, um ministro também são pessoas públicas.

Luiz Inácio Lula da Silva também é pessoa pública ou eu sou mais pessoa pública que o presidente da República, que não pode ser chamado de ladrão por exemplo, por um deputado, ele está lá no STF se incomodando o deputado Nicolas.

Então é esse equilíbrio que nós temos que ter. Não pode um lado ficar silenciado que hoje é o que acontece, não é o que se fala, é quem fala. Porque se esse inquérito ser vice, esse inquérito que é inconstitucional, é ilegal e acabou com a nossa democracia hoje, nós não temos mais democracia no Brasil.

Se esses inquéritos estiverem em vigor, não existe mais o tão falado estado democrático de direito.

E fica aqui o meu repúdio a todos os inquéritos que decorreram depois do 4781, que serve sim para perseguir, para silenciar, para amedrontar, para paralisar pessoas comuns do povo, empresários e parlamentares.

Então fica aqui esse bom debate para que a gente fale mais sobre esse assunto, porque nós não podemos nos acostumar com a mordada, com a censura, com a perseguição e com a opressão.

Como falei ontem, quanto mais oprimirem, mais a gente vai ter vontade de falar e mais nós vamos falar, porque nós não podemos, principalmente os representantes.